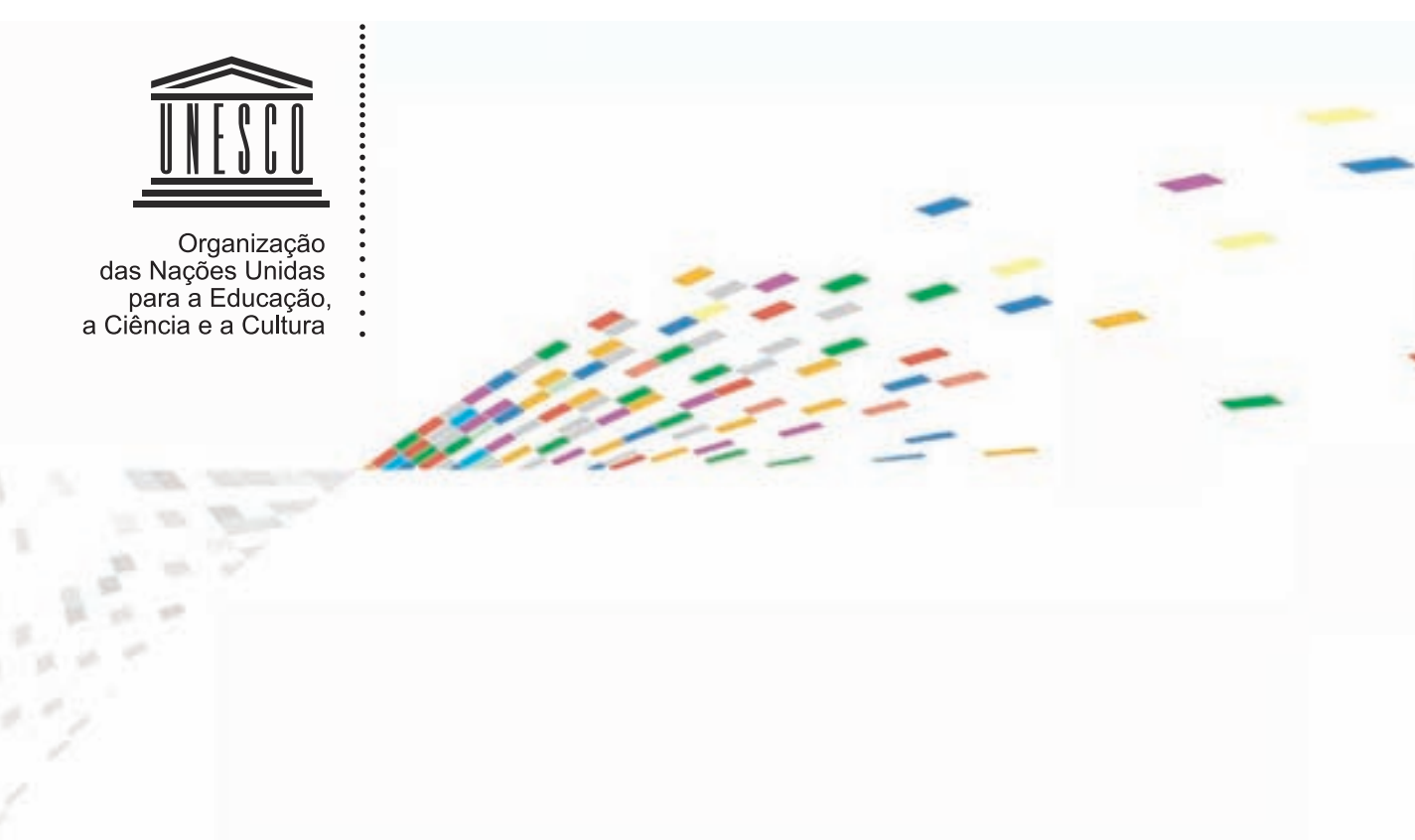




Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil

UNESCO Brasília
Outubro de 2006

BR/2006/PI/H/13

Sumário

Apresentação	5
1. Introdução	7
2. Contexto Brasileiro	9
3. Estrutura de Cooperação da UNESCO	13
4. Objetivos Estratégicos	17
4.1. Temas Transversais	18
a. Prevenção da Violência entre os Jovens	18
b. Educação para o Desenvolvimento Sustentável	19
c. Combate à Discriminação Racial	20
d. Promoção de Sítios de Valor Excepcional	21
4.2. Educação	22
a. Contexto Nacional	22
b. Vantagens Comparativas da UNESCO na Educação	26
c. Objetivos Estratégicos, Principais Abordagens e Linhas de Ação	27
4.3. Ciências Naturais	30
a. Contexto Nacional	30
b. Vantagens Comparativas da UNESCO nas Ciências Naturais	31
c. Objetivos Estratégicos, Principais Abordagens e Linhas de Ação	32
4.4. Ciências Humanas e Sociais	35
a. Contexto Nacional	35
b. Vantagens Comparativas da UNESCO nas Ciências Humanas e Sociais	38
c. Objetivos Estratégicos, Principais Abordagens e Linhas de Ação	39

4.5. Cultura	42
a. Contexto Nacional	42
b. Vantagens Comparativas da UNESCO na Cultura	44
c. Objetivos Estratégicos, Principais Abordagens e Linhas de Ação	46
4.6. Comunicação e Informação	50
a. Contexto Nacional	50
b. Vantagens Comparativas da UNESCO na Comunicação e Informação	52
c. Objetivos Estratégicos, Principais Abordagens e Linhas de Ação	53
5. Sumário dos Objetivos Estratégicos da UNESCO para o Brasil	56
6. A Equipe da UNESCO no Brasil	57

APRESENTAÇÃO

O Brasil foi um dos países fundadores da UNESCO em 1945 e, há mais de quarenta anos, a Organização mantém uma Representação no Brasil, desenvolvendo atividades de cooperação em estreita articulação com o governo e com segmentos expressivos da sociedade civil. Durante esse longo período, uma vasta experiência de cooperação e de intercâmbio de idéias foi acumulada. Pode-se mesmo afirmar que, em sua área de mandato, a UNESCO acompanhou o esforço do país em superar situações críticas e emergir para o estágio de país em franco desenvolvimento e cada vez mais presente no cenário internacional.

Nesse período, a cooperação internacional também mudou. O Brasil já dispõe, hoje, de recursos humanos de alto nível que o credenciam a enfrentar os seus novos desafios no mundo globalizado. Temos a convicção de que a UNESCO, por suas vantagens comparativas e experiência angariada no processo de reconhecimento universal da diversidade, poderá continuar a cooperar com o país em direção às suas aspirações maiores de ser nação de referência no plano dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

O Marco Estratégico que apresentamos ao governo brasileiro e à sociedade civil procura refletir tendências atuais no contexto da cooperação internacional e tem o propósito de inaugurar uma nova etapa marcada, sobretudo, por ações crescentemente qualificadas e à altura das novas exigências. Foi concebido e construído após muitas discussões e consultas, nas quais tiveram participação ativa nossos principais parceiros do poder público, da sociedade civil, das universidades, como também de outras instâncias da Organização. Este Marco, aproveitando as lições aprendidas, deve ser visto como estratégia para impulsionar a cooperação técnica em sua atual dimensão, como também a cooperação Sul-Sul, particularmente no âmbito da América Latina e das nações de língua portuguesa. Não se trata de um documento destinado ao esquecimento burocrático. Ele deverá nortear a elaboração de um plano de trabalho dinâmico que contemple e operacionalize gradualmente suas metas e objetivos.

Por último, ressaltamos que o Marco Estratégico tem o sentido de matéria-prima a ser trabalhada por todos nós, em interação contínua com os parceiros da UNESCO. E foi também pensado numa concepção integrada de ação das agências do Sistema das Nações Unidas, dos países doadores e de outras agências de desenvolvimento. Estamos certos de que, quanto mais somarmos esforços, energias, recursos e experiências, tanto mais haveremos de aprimorar os fatores que conduzem ao êxito. E, por conseguinte, a nossa contribuição ao Brasil será ainda mais relevante.

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil *a.i.*

1. INTRODUÇÃO

A Representação da UNESCO no Brasil foi formalmente criada em 1966, em uma época em que a Organização dava seus primeiros passos em direção à descentralização. A UNESCO, dessa forma, veio se juntar às demais agências do Sistema das Nações Unidas representadas no Brasil como parte do acordo de cooperação técnica firmado com as autoridades brasileiras em 1964. Por muitas décadas, a cooperação foi estreita e produtiva. Em 1992, sob a égide da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborada e aprovada por ocasião da Conferência de Jomtien (Tailândia), a UNESCO assinou um acordo de cooperação amplo com o Ministério da Educação do Brasil. A partir de meados da década de 90, o escritório brasileiro fortaleceu de forma decisiva sua ação por todo o país, colocando sua competência técnica a serviço de inúmeros projetos e iniciativas no âmbito das cinco áreas temáticas da Organização, a saber: educação, ciências naturais, ciências sociais, cultura, comunicação e informação. A importância dessas ações resultou no fato de o Escritório da UNESCO em Brasília (UBO) ter-se tornado um de seus principais escritórios no mundo.

O fortalecimento da presença da UNESCO no Brasil é consequência da determinação das autoridades brasileiras de apoiar importantes projetos para o desenvolvimento de seu país por intermédio de um modelo de cooperação primária com o Sistema das Nações Unidas. A partir da década de 1980, o Brasil promoveu um modelo de Execução Nacional (EXN), que levou as Nações Unidas a receberem volume considerável de verbas governamentais destinadas a assegurar a implementação de programas de cooperação, em estreita colaboração com os ministérios e secretarias envolvidos em suas respectivas ações. Essa modalidade de cooperação, que reúne verbas nacionais e competência internacional, reflete algumas das prioridades políticas e institucionais de um país em franca expansão. Mas ilustra também a confiança depositada nos valores, na eficácia e no profissionalismo do Sistema das Nações Unidas.

O atual modelo de cooperação internacional defendido pelo Brasil direciona-se, em boa medida, a projetos capazes de fornecer assistência de qualidade aos parceiros governamentais nas áreas de especialização e no desenvolvimento de capacidades, agregando valor aos programas nacionais em conformidade com o mandato específico de cada agência. A UNESCO comprometeu-se a apoiar os esforços das autoridades brasileiras (federais, estaduais e municipais) e, nesse contexto, a Organização optou por instituir uma cooperação que fosse simultaneamente mais estratégica e mais direcionada aos temas de seu mandato e aos desafios atualmente enfrentados pelo Brasil.

Como reflexo dessa nova abordagem, a UNESCO se esforça para criar um marco estratégico dinâmico e evolutivo, capaz de dotar de maior impacto e coerência os projetos a serem implementados nos próximos anos. O objetivo dessa abordagem é moldar de forma mais seletiva a ação da UNESCO no Brasil, permitindo assim que a Organização se concentre em áreas temáticas nas quais os resultados alcançados sejam reconhecidamente significativos. Este documento deve garantir a promoção de uma coordenação mais estreita com as demais agências do Sistema das Nações Unidas. Foi elaborado com esse pressuposto e toma como base os resultados e as recomendações estratégicas do processo CCA¹/UNDAF². Além disso, segue as orientações adotadas pela UNESCO em seus principais documentos de planejamento e programação (C/4 e C/5)³. Por fim, deve ser ressaltado que a identificação e a definição das prioridades estratégicas foram precedidas por cuidadosas consultas às autoridades nacionais e aos principais parceiros da UNESCO no Brasil.

1. CCA: *Common Country Assessment* (Avaliação Conjunta do País). Esse documento consiste numa análise e num diagnóstico dos principais desafios enfrentados por um país em termos de desenvolvimento. Essa análise é elaborada conjuntamente pelas agências das Nações Unidas presentes no país e que integram o *UN Country Team* (UNCT) (Equipe das Nações Unidas no País). O último CCA sobre a situação brasileira foi adotado em 2005.

2. UNDAF: *United Nations Development Assistance Framework* (Matriz de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Esse documento define a estrutura de cooperação técnica implementada pelas agências das Nações Unidas. O UNDAF, na verdade, consiste numa resposta aos desafios e prioridades identificados pelo CCA. Os dois documentos correspondem a um elo importante no planejamento e na programação estratégicas das Nações Unidas num país específico.

3. C/4: Estratégia de Médio Prazo da UNESCO e C/5: Programa e Orçamento Aprovados da UNESCO.

2. CONTEXTO BRASILEIRO

As amplas dimensões geográfica, demográfica e econômica do Brasil conferem substância aos cenários otimistas perenemente associados ao nome do país. Com uma população de mais de 185 milhões, o Brasil faz parte do grupo E-9, o que significa que, juntamente com Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, é um dos nove países mais populosos do mundo que se comprometeram a encarar a educação como fator de importância-chave para o desenvolvimento. Dotado de forte setor industrial, de produção agrícola vasta e diversificada, bem como de ricos recursos naturais, o Brasil parece estar posicionado para competir de forma efetiva na economia globalizada dos dias de hoje. Com uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, é um país de grandes dimensões territoriais, exercendo forte influência econômica e geográfica no subcontinente latino-americano. Ao mesmo tempo, o Brasil, juntamente com outros países em desenvolvimento, vem assumindo liderança política estratégica.

As características acima citadas descrevem um país com enorme potencial que é, entretanto, limitado por desigualdade e discriminação persistentes. Apesar da proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza ter diminuído, quase um terço dos brasileiros ainda vivem abaixo da linha de pobreza, com base nas mensurações mais recentes. Desses, aproximadamente 20 milhões vivem em situação de pobreza absoluta. Dessa forma, como apontado pelo CCA, o Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente desigual e injusto, possuindo enorme número de pessoas pobres. A desigualdade brasileira tem componentes estruturais que estão relacionados a um passado caracterizado por um modelo de organização social altamente estratificado, no qual a escravidão desempenhou papel importante, e pela perpetuação de privilégios de classe ao longo dos diversos regimes políticos.

Portanto, questões de desigualdade persistente encontram-se na raiz dos assustadores desafios que o Brasil hoje enfrenta em sua busca por desenvolvimento humano. Entre esses desafios encontram-se a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, a redução da vulnerabilidade ambiental, dos conflitos sociais e da violência, a redução da pobreza, da miséria e da exclusão, a promoção da diversidade

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 3

Promover a igualdade entre os gêneros e dar mais poder às mulheres

Durante a década de 1980, avanços progressivos com relação à educação das mulheres resultaram na inversão do hiato educacional entre os gêneros. A discriminação de gênero é mais óbvia no que concerne à participação das mulheres no mercado de trabalho, em que prevalecem a segregação ocupacional, a discriminação salarial e os níveis mais altos de desemprego e subemprego. Os movimentos de mulheres alcançaram conquistas notáveis em termos das políticas nacionais do país, através de militância a favor de diversas modalidades de direitos humanos. Na arena política formal, entretanto, as mulheres alcançaram menor êxito. Apesar de leis específicas que estabelecem cotas para a participação das mulheres na política, a desigualdade de gêneros no que se refere ao número de cadeiras parlamentares é a maior de toda a América do Sul, superando até mesmo a média africana. A violência contra mulheres continua generalizada, afetando mulheres de todos os segmentos da população e resultando em enormes custos pessoais e agregados.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 3), 2005.

cultural e a generalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação. O hiato educacional entre os gêneros foi invertido no Brasil e as mulheres, cada vez mais, participam da força de trabalho. No entanto, seus salários são consideravelmente mais baixos que os pagos pelo mesmo trabalho a homens de nível de escolaridade e de qualificações equivalentes. Além disso, a participação das mulheres na estrutura do poder político está entre as mais baixas de toda a região.

De importância crítica é o fato de que, no Brasil, a distância entre os muito pobres e os ricos esteja se alterando muito lentamente. Os 10% mais ricos se apropriam de 45,3% de toda a renda, enquanto os 50% mais pobres, tomados em conjunto, apropriam-se de apenas 13,9%. Em suma, as desigualdades econômicas, políticas e sociais tendem a se reproduzir ao longo do tempo e das gerações. Essa desigualdade representa desperdício de recursos e é desfavorável ao desenvolvimento sustentado e à redução da pobreza. Uma vez que a equidade é hoje reconhecida como de importância crítica para o desenvolvimento de longo prazo, o programa da UNESCO dará atenção máxima às políticas e às iniciativas destinadas a promover a equidade, bem como às que conscientizam sobre a necessidade de maior equidade.

É importante observar que a desigualdade possui também uma dimensão sociopolítica, no sentido de que o acesso aos serviços básicos e ao exercício da cidadania são limitados pela capacidade diferenciada dos grupos sociais em termos de representação e da defesa de seus interesses. Nessa mesma linha, a desigualdade racial ou étnica constitui-se num duradouro obstáculo à promulgação dos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes. Em todos esses campos, as realidades culturais reiteram o fenômeno da desigualdade, contribuindo, assim, para sua perpetuação.

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 1 **Erradicar a extrema pobreza e a fome**

O Brasil tem enormes potencialidades, mas também enfrenta graves desafios. A maioria absoluta dos pobres vive em áreas urbanas, característica de um país crescentemente urbano. No entanto a proporção de pobres é quase duas vezes maior nas áreas rurais. A maioria dos pobres rurais, bem como os mais pobres entre os pobres, localizam-se predominantemente no Nordeste, onde, além disso, são encontrados os mais altos níveis de desigualdade. A pobreza também é consideravelmente maior entre a população negra. Esses diferenciais ocorrem de forma consistente ao longo de todo o espectro e refletem-se nos níveis mais baixos de renda, educação, condições de saúde, condições de trabalho e incidência de subnutrição entre os nordestinos, os negros e a população rural.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 2), 2005.

O conceito de pobreza implica não apenas a pobreza absoluta, que no caso brasileiro responde pelo fato de 21,9 milhões de pessoas viverem em condições miseráveis, nem se restringe à falta de recursos resultante do desemprego ou de condições de vida precárias, mas está relacionada também à cidadania e à cultura. Em termos éticos, é necessário reconhecer que, uma vez que todos os seres humanos possuem direitos, os indivíduos que não os têm assegurados também são considerados pobres. Nesse sentido, a desigualdade confere novas dimensões ao desafio da erradicação da pobreza num país como o Brasil.

O cenário político tem que ser levado em conta na elaboração da estratégia de um país. A estrutura federativa brasileira evoluiu ao longo de sua história, alternando períodos em que o poder se concentrava no governo central com outros, nos quais o poder era compartilhado e exercido também com os estados. A Constituição de 1988 consolidou a

federação ao conferir status jurídico autônomo a todos os níveis de governo. As intervenções por parte do governo federal nos estados e municípios, ou dos estados nos municípios, são estritamente limitadas e regulamentadas. A Constituição estipulou mandatos específicos para os diferentes níveis de governo, objetivando a cooperação descentralizada e coordenada entre eles. No entanto, boa parte dessa coordenação não foi regulamentada e, em algumas áreas, tais como meio ambiente, ocorre sobreposição de responsabilidades.

É importante observar que as décadas mais recentes testemunharam maior descentralização beneficiando o nível municipal. No entanto, a combinação de autonomia jurídica, mandatos pouco definidos e dependência financeira geram relações delicadas entre os níveis de governo. Essa situação representa um desafio para as grandes políticas públicas na área social, uma vez que os recursos para financiá-las concentram-se no nível federal, ao passo que a implementação acontece no nível local.

Ao longo das últimas décadas o Brasil fez grandes progressos. O rápido aumento do acesso à educação básica no país, o avanço da legislação ambiental e a nova configuração institucional e jurídica para a promoção de direitos humanos podem ser ressaltados. O Brasil, além disso, possui uma Constituição moderna, um processo democrático dinâmico, uma imprensa livre e uma sociedade civil ativa, todos eles aliados valiosos no trato das questões críticas ainda pendentes. Os desafios a serem enfrentados, somados às potencialidades existentes e ao papel desempenhado pelo país na região latino-americana, fazem do Brasil ator estratégico da maior importância na cooperação internacional, que oferece extraordinário campo para as inovações e soluções criativas, visando a promoção de acesso igualitário a oportunidades e à erradicação da pobreza.

3. ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO DA UNESCO

Atualmente, a UNESCO funciona como laboratório de idéias e como instância de estabelecimento de padrões para a formulação de acordos universais relativos às novas questões éticas hoje emergentes. A Organização opera também como *clearing house* para a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimentos, ao mesmo tempo que auxilia os estados-membros a construir capacidade humana e institucional em diversos campos. Em suma, a UNESCO promove a cooperação internacional entre seus 191 membros nos campos da educação, da ciência, da cultura e da comunicação e informação.

Posto isso, a UNESCO maximiza com êxito sua vantagem comparativa de ser uma verdadeira rede de competências e especializações técnicas, capaz de ser mobilizada por todo o mundo, em qualquer um dos cinco setores da Organização. A UNESCO no Brasil faz parte dessa rede e dispõe-se a promover forte coordenação e cooperação com todas as suas entidades relevantes (sede, escritórios regionais na América Latina, institutos etc.), a fim de atender as necessidades do país.

Como observado na Avaliação Conjunta do País (CCA) elaborada pela Equipe das Nações Unidas no País (UNCT) a respeito do Brasil, o país, para realizar seu reconhecido potencial, terá que dar passos largos em direção a uma sociedade mais inclusiva. A UNESCO encontra-se bem posicionada para apoiar seus esforços visando o enfrentamento de alguns dos obstáculos estruturais críticos à promoção dessa inclusão. Ao longo dos anos, a agência acumulou visibilidade e credibilidade consideráveis. Em conformidade com seu mandato, a Organização promove uma visão do desenvolvimento fundada na justiça, na igualdade e na solidariedade, baseada na observância dos direitos humanos, e visando também a redução da pobreza. Pelo exercício de suas competências pode oferecer contribuições efetivas, auxiliando o país em seus esforços no sentido de acelerar a minimização da intolerância, da discriminação, da desigualdade, da ignorância, da pobreza e da exclusão.

As atividades no Brasil abrangem as cinco áreas programáticas da Organização. Os objetivos estratégicos específicos de cada um desses cinco setores, bem como a identificação de quatro linhas temáticas intersetoriais, foram definidos no decorrer do processo de consultas e planejamento conduzido pela UNESCO de janeiro a julho de 2006, no contexto geral do 31C/4 UNESCO. A definição desses objetivos baseia-se numa análise meticulosa do contexto nacional e dos desafios que caracterizam cada uma das linhas de ação. Essas metas setoriais ou intersetoriais estão inseridas em uma matriz comum e numa abordagem composta, ambas definidas com base numa série de princípios-chave que há muito tempo correspondem ao mandato da Organização, tanto no Brasil quanto em outros países. Além disso, a UNESCO no Brasil deve trabalhar em direção a metas e objetivos mais concretos, que estejam inseridos na perspectiva da Gestão Orientada para Resultados (*Results-Based Management - RBM*).

A ação da UNESCO estará alinhada às prioridades brasileiras, tal como definidas em seus planos nacionais de desenvolvimento, particularmente o plano plurianual (PPA) e suas estratégias setoriais.

Os objetivos estratégicos desenvolvidos para cada uma das suas cinco áreas programáticas, como também para os temas transversais que as complementam, tomam como base uma análise precisa do contexto nacional e de seus desafios, levando também em conta os papéis e as contribuições dos diferentes parceiros e interessados (autoridades públicas, atores não-governamentais, sociedade civil e setor privado, bem como instituições internacionais). Para tanto, a UNESCO irá concentrar esforços em ações que exigem vantagens comparativas e embasá-las em princípios operacionais e programáticos.

O primeiro grande princípio consiste no firme compromisso de se concentrar no mandato da UNESCO e nas cinco funções que representam algumas das vantagens comparativas da Organização, tal como expressas em sua estratégia de médio prazo (31C/4): laboratório de idéias, instância de estabelecimento de padrões, *clearing house*, construção de competências e catalisadora de cooperação internacional. O Escritório em Brasília e seus escritórios antena irão desenvolver projetos em conformidade com as orientações estratégicas gerais da Organização (C/4, C/5, declarações e compromissos internacionais). A UNESCO garantirá a consistência estratégica das atividades financiadas pelo Programa Regular e dos projetos extra-orçamentários implementados no Brasil.

Tendo em vista os desafios enfrentados por um país tão vasto, e a fim de desencadear uma ação efetiva e duradoura, a UNESCO tem que contar com financiamentos que estejam além de sua própria base de recursos. Mesmo assim, é importante que os recursos do Programa Regular continuem a contribuir para as iniciativas lançadas pela UNESCO, pois desempenham papel de importância crucial e, freqüentemente, facilitam o lançamento de programas amplos de cooperação (como *seed money*), o apoio a atividades-piloto, além de assegurar a participação de representantes nacionais (especialistas, professores universitários, ONGs) nos grandes encontros internacionais da UNESCO.

As abordagens inovadoras, coerentemente com o papel de agência especializada desempenhado pela UNESCO, consistirão na espinha dorsal dos projetos e atividades. A Organização dará forte atenção à promoção de inovações e prestará auxílio ao Brasil para que ele atue como pioneiro nas áreas técnicas relacionadas aos campos em que a UNESCO seja detentora de conhecimentos especializados. Ela irá abranger as iniciativas-piloto destinadas a serem expandidas ou replicadas, bem como estudos e pesquisas tratando de novas abordagens ou novos temas. A UNESCO deve se apresentar como laboratório de idéias e como instância de disseminação de conhecimentos.

A sustentabilidade dos projetos e atividades será considerada prioritária. Na qualidade de agência de cooperação técnica, tem como missão construir ou fortalecer as competências nacionais, sempre que necessário e por solicitação do país. A UNESCO não deve assumir responsabilidade pela gestão de projetos de longo prazo, particularmente quando se trata de projetos voltados para a prestação de serviços. Ao início de qualquer projeto, a UNESCO deverá definir uma clara estratégia de saída, já prevendo a futura transferência de responsabilidade para os parceiros nacionais, e assegurar a sustentabilidade e a plena apropriação nacional do projeto em questão.

As iniciativas de pesquisa e de coleta de dados, atividades de importância crítica que embasam e alimentam os processos decisórios e de formulação de políticas, terão continuidade e irão fornecer subsídios ao estabelecimento de novos rumos programáticos por meio da identificação de áreas de ação importantes e de novos nichos para a ação da UNESCO no Brasil. Todos os esforços referentes à programação levarão em conta a necessidade de gerar conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento futuro do país. Os conhecimentos atualmente disponíveis e as presentes atividades de coleta de dados irão alimentar sua ação em termos de defesa de direitos, formulação de políticas e de

estabelecimento de agenda de trabalho. Todas essas atividades deverão acompanhar de perto os compromissos internacionais e as declarações da UNESCO.

A UNESCO deverá também desempenhar o papel de catalisadora de cooperação, tanto no nível nacional quanto no internacional. Como Agência da ONU, é vista pelos demais atores sociais como interlocutora confiável, capaz de disponibilizar informações, experiências e grupos de discussão, como também de fornecer uma perspectiva externa que permita a avaliação das experiências nacionais à luz dos esforços internacionais. Sendo uma entidade politicamente neutra e situada acima das lutas facciosas, a UNESCO posiciona-se como instância confiável frente aos diferentes grupos do país, particularmente os oriundos da sociedade civil.

Desenvolverá suas ações com base nessas características. O estabelecimento de redes de parcerias e a mobilização de cooperação entre os diversos atores associados ao desenvolvimento do país – nos níveis governamental e comunitário, nas empresas do setor privado, nas ONGs e nas associações profissionais – continuarão sendo as diretrizes norteadoras na formulação dos projetos, tomando como base as experiências positivas com as quais o escritório no Brasil conta nessa área. A UNESCO irá fortalecer ainda mais sua capacidade de mobilizar e canalizar recursos nacionais dispersos, de promover e reforçar a colaboração entre o governo e as ONGs, entre as ONGs das diferentes regiões do país, e também com agências bilaterais, a fim de apoiar iniciativas nacionais específicas que exijam impulso adicional.

Apoiará também os esforços brasileiros no sentido de assumir papel de importância-chave na arena internacional, principalmente pela promoção e fomento à cooperação Sul-Sul. Atuará como catalisadora de cooperação internacional e de intercâmbio de experiências e de melhores práticas entre o Brasil e outros países que possam se beneficiar com sua experiência e sua capacidade especializada. Especial atenção será dada aos países latino-americanos, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e aos países do E-9.

Por fim, a UNESCO na condição de membro ativo do UNCT auxiliará o Brasil a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como outros objetivos de desenvolvimento constantes de acordos internacionais, e também na observância de seus compromissos internacionais. Também desenvolverá ação específica no âmbito da matriz geral de cooperação formulada pelo CCA e UNDAF, buscando sinergias e cooperação com outras agências das Nações Unidas no Brasil.

4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Brasil possui recursos humanos, técnicos altamente qualificados, bem como recursos financeiros que potencializam a contribuição a ser oferecida por uma agência das Nações Unidas. Ademais, a visibilidade e a credibilidade da UNESCO lhe conferem considerável influência no contexto do país. O principal desafio é saber aproveitar as vantagens comparativas da agência e identificar onde e como, em meio à vasta gama de possibilidades teóricas, os diferentes setores substantivos da UNESCO podem exercer maior impacto na implementação dos direitos humanos pela promoção de progresso social e econômico para todos. A pergunta crítica é: de que forma fazer uso das potencialidades e das vantagens comparativas da UNESCO no contexto de um país tão grande e diversificado?

Para responder a essa pergunta, por ocasião do processo de elaboração de seu marco estratégico, a UNESCO efetuou análise da situação nacional, buscando identificar as questões mais críticas de cada um dos campos de ação. Isso foi feito tomando como base o diagnóstico da CCA e as prioridades estabelecidas na UNDAF. A análise foi também complementada e aperfeiçoada por meio de avaliações adicionais realizadas por profissionais da UNESCO e de um diálogo estreito e aberto com parceiros nacionais, provenientes tanto das esferas governamentais (dos níveis federal, estadual e municipal) como da sociedade civil. A identificação das questões críticas e dos principais fatores atuantes levou, finalmente, à definição de um conjunto de objetivos estratégicos para a UNESCO no Brasil.



4.1. TEMAS TRANSVERSAIS

A necessidade de oferecer respostas técnicas precisas e eficazes aos desafios existentes nas áreas da educação, da ciência, da cultura e comunicação e informação levou a que a matriz estratégica fosse construída com base em prioridades setoriais. No entanto, a interação e a complexidade dos problemas e das dificuldades encontradas muitas vezes desafia divisões setoriais dessa natureza. A UNESCO, já há algum tempo, promove o diálogo e a cooperação entre os seus diferentes setores. Um dos principais resultados dessa iniciativa foi a adoção de temas intersetoriais ou transversais, compatibilizando e mobilizando sua ação como um todo e indo além das prioridades estratégicas específicas de cada área.

O Escritório da UNESCO no Brasil optou por aplicar o mesmo procedimento, adaptando-o aos desafios específicos do país. Desse modo, no tocante a determinadas prioridades amplas que assumem importância crítica no Brasil, decidiu mobilizar seus recursos para facilitar o trabalho de equipe, as sinergias e a ação negociada. Nessa linha, quatro temas intersetoriais foram adotados. Eles irão formar uma matriz de ação para projetos e iniciativas que tendam a se beneficiar fortemente de melhor cooperação entre as diversas áreas da Organização. A natureza das missões da UNESCO torna uma abordagem interdisciplinar não apenas praticável, mas também desejável. Esse é um dos pontos fortes da Organização. Os temas transversais selecionados são vistos como capazes de promover uma abordagem que colocará a riqueza da troca de experiências a serviço de resultados compartilhados.

A. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS

O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos. Ter segurança significa viver sem temer o risco de violações da própria vida, liberdade, integridade física ou propriedade. Segurança significa não apenas estar livre de riscos reais, mas também ser capaz de desfrutar de um sentimento de segurança. Nesse sentido, os direitos humanos são sistematicamente afrontados pela violência e pela insegurança. Nas últimas décadas, o crime e a violência aumentaram de forma drástica no Brasil, particularmente nas grandes áreas urbanas, intensificando o debate público sobre causas e soluções.

A UNESCO pretende desempenhar papel de importância primordial no apoio a ações visando a inclusão social, a fim de auxiliar na prevenção da violência, especialmente entre os jovens. Os atributos e recursos encontrados no cerne das diferentes áreas da Organização serão agrupados em torno desse objetivo. A violência é vista como violação de direitos humanos fundamentais, com ameaça ao respeito aos princípios de liberdade e igualdade. Uma abordagem que enfoque o acesso à educação de qualidade, a empregos decentes, a atividades culturais, esportivas e de lazer, à inclusão digital e à proteção e promoção dos direitos humanos e do meio ambiente será implementada como resposta ao desafio de evitar a violência entre os jovens. Essa abordagem deverá também auxiliar na criação de oportunidades reais para que os jovens possam melhorar suas condições de vida e desenvolver sua cidadania.

A UNESCO fará uso da experiência adquirida no Brasil, no contexto da Década Internacional de Promoção da Cultura da Paz e da Não-Violência em Favor das Crianças do Mundo (2001-2010), a fim de empreender iniciativas intersetoriais eficazes e de efeitos duradouros.

As iniciativas que têm como alvo a juventude brasileira devem ser desenvolvidas pela UNESCO pela abordagem integrada, que combine escola secundária de qualidade, proteção dos direitos humanos e conceito de desenvolvimento humano integral.

B. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Fórum Global para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Joanesburgo em 2002, propôs à Assembleia Geral das Nações Unidas a proclamação da Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período 2005-2014. A proposta foi aprovada em dezembro de 2002, durante sua 57ª Sessão. Na qualidade de principal agência das Nações Unidas para a educação, a UNESCO deve desempenhar papel primordial na promoção dessa década, principalmente no que tange ao estabelecimento de padrões de qualidade para a educação voltada para o desenvolvimento sustentável.

Seu principal objetivo é o de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem. Esse esforço educacional irá incentivar mudanças de comportamento que virão a gerar

um futuro mais sustentável em termos da integridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras. Isso representa uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da complexidade e do interrelacionamento de problemas tais como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que hoje ameaçam nosso futuro.

A escala e a diversidade de seus recursos naturais fazem do Brasil um país de importância-chave em termos da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. O impacto das políticas públicas implementadas até o presente pode gerar efeitos de escala planetária, e é importante conscientizar e sensibilizar o público sobre as implicações desses esforços de preservação. O Escritório da UNESCO irá desempenhar papel primordial na promoção da Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A preservação do patrimônio ameaçado só será possível com a compreensão e a responsabilidade compartilhada de diferentes gerações.

C. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

O Brasil ainda é marcado por racismo e discriminação racial. Essa situação não só é prejudicial aos direitos humanos mais fundamentais como constitui também obstáculo ao desenvolvimento harmônico de uma sociedade rica em diversidade e em barreira ao progresso de um Brasil mais justo e mais democrático. Ela é também um desafio aos princípios da paz, do diálogo e da tolerância abraçados pela UNESCO.

Esse desafio pode se beneficiar de abordagens especializadas, provenientes, particularmente, da capacidade especializada que a UNESCO detém nas Ciências Humanas e Sociais. No entanto, a magnitude e a complexidade da luta contra os diversos tipos de discriminação justificam a introdução de uma abordagem transversal, capaz de mobilizar a totalidade dos recursos da Organização. O Escritório da UNESCO em Brasília e seus escritórios antena envidarão todos os esforços no sentido de gerar sinergias e apoiar iniciativas que, indo além das áreas programáticas, possam contribuir de forma efetiva na luta contra o racismo.

Em particular, deve ser implementado um conjunto de ações visando à mobilização dos atores públicos e privados que já trabalham na promoção da igualdade racial. Uma matriz importante para essa atividade é o Programa Rota do Escravo, da UNESCO, que consiste num instrumento para a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância desse patrimônio histórico, facilitando assim sua integração no desenvolvimento da identidade nacional.

D. PROMOÇÃO DE SÍTIOS DE VALOR EXCEPCIONAL

A longa história que vincula o Brasil à UNESCO permitiu a criação de espaços privilegiados colocados a serviço dos valores e das missões da Organização. Esses espaços tanto podem ser os sítios considerados como patrimônio mundial, como as reservas naturais do Programa MaB ou as universidades que abrigam cátedras UNESCO. Em cada um deles, a UNESCO conseguiu deixar sua marca, transformando-os em espaços destinados à excelência, à preservação ou ao conhecimento, contribuindo assim para a difusão dos ideais da Organização.

Atualmente, o Escritório no Brasil pretende continuar dando especial atenção a esses espaços. Com contínuo respeito por sua vocação inicial e por sua missão específica, as diferentes equipes de cada área programática dedicam-se a um ativo trabalho conjunto visando aumentar o valor de seus recursos potenciais em termos de desenvolvimento. Essa colaboração direciona-se, particularmente, a conferir papel primordial à diversidade natural e cultural brasileira, respondendo às prioridades e aos desafios do país.

As reservas de biosfera, por exemplo, poderiam oferecer uma matriz para a cooperação entre os vários setores da UNESCO. A preservação do meio ambiente (ciência) poderia encontrar uma extensão na valorização do conhecimento indígena (cultura), culminando na criação de empregos e atividades na área do "turismo responsável". Da mesma forma, esses procedimentos integrados podem produzir material para conteúdos educacionais (educação) e para a divulgação desse conhecimento na internet (comunicação).



4.2. EDUCAÇÃO

A. CONTEXTO NACIONAL

Educação de Qualidade: Um Desafio Persistente. Nas últimas décadas, o país alcançou progressos significativos que permitiram praticamente atingir a universalização do ensino fundamental obrigatório (93,8% em 2003)⁴. Todavia, o Brasil ainda apresenta deficiências no acesso à educação para a primeira infância e ensino médio. Além disso, destaca-se como urgente a qualidade da educação. O sistema educacional brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade, e também na promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 2 Alcançar a universalização do ensino fundamental

O Brasil encontra-se agora próximo de atingir a universalização do ensino fundamental. Com relação às escolas do ensino fundamental, o problema brasileiro, atualmente, consiste mais na qualidade que na universalidade, uma vez que um quinto das crianças que concluem a quarta série não alcançaram ainda um nível adequado de habilidades de leitura ou de cálculos matemáticos. A repetência e a evasão são comuns. Os professores, frequentemente, são insuficientemente qualificados, e seus salários são muito baixos em comparação com a importância do trabalho desempenhado por eles. O analfabetismo ainda é alto (12%) em meio à população adulta. Atualmente, três outros desafios merecem consideração especial: o acesso à educação pré-escolar, a questão das desigualdades no acesso à educação e a melhoria do desempenho do sistema educacional nos níveis médio e universitário. Um maior compromisso com a qualidade e com a permanência das crianças na escola, e também com a equidade em todos os níveis educacionais é de importância máxima. Dada a atual transição na composição etária da população (o bônus demográfico) é de importância crítica que investimentos maiores e melhores sejam agora feitos na educação, em escolas melhores e em melhor aprendizado.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 6), 2005.

4. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. 2003.

Alfabetização, Direito de Todos. Apesar dos esforços governamentais e não-governamentais e do significativo aumento nos índices de alfabetização verificado nas últimas décadas, 15,2 milhões de pessoas com idade superior a nove anos ainda foram consideradas analfabetas em 2004⁵. O analfabetismo ainda é alto entre a população adulta (13,6 milhões), particularmente nas áreas rurais, no Nordeste (8,3 milhões) e entre afrodescendentes (18,2% da população afrodescendente, em 2001, segundo o Ministério da Educação)⁶. Um milhão de brasileiros com idades entre 15 e 24 anos ainda são considerados analfabetos. De uma perspectiva de gênero, alfabetizar a população feminina ainda representa um desafio premente para que sejam atingidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O governo brasileiro, em sua agenda política, confere alta prioridade à alfabetização de jovens e adultos, devendo receber todo o apoio necessário para o cumprimento de seus compromissos com as metas da Década da Educação para Todos (EPT). O Brasil participa também da LIFE – *Literacy Initiative for Empowerment* (Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento). Tal como indicado no último Relatório de Monitoramento Global da EPT 2006, a alfabetização é fundamental para que os direitos individuais sejam alcançados, podendo gerar benefícios humanos e sociais, tanto quanto econômicos.

O Combate às Desigualdades na Educação. Grandes desigualdades raciais e étnicas continuam existindo na sociedade brasileira (especialmente com relação a alguns grupos específicos, tais como a população indígena, a população afrodescendente, os quilombolas, a população carcerária e a população rural). A literatura especializada mostra que há forte correlação entre a origem étnica e as oportunidades educacionais. Estas coexistem lado a lado com desigualdades sociais e regionais, contribuindo, assim, para a exclusão educacional de um número considerável de jovens e adultos.

Em 2003, embora 60% dos estudantes brancos entre 15 e 17 anos estivessem matriculados no ensino médio, o índice correspondente à população afrodescendente era de apenas 32%. Uma outra questão relevante é a distorção relativa à razão idade/série. Para a mesma faixa etária, em 2001, a taxa de matrícula líquida relativa ao ensino médio foi de 51% para a população branca e de 25% para a população afrodescendente. Além disso, em 2001, a taxa para a população afrodescendente não

5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2004.

6. Idem.

Educação para Todos – 2015

Os Seis Objetivos aprovados durante a Conferência de Dacar de 2000 a serem alcançados até 2015

1. Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para a primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência.
2. Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, vivendo em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de boa qualidade.
3. Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens e adultos através de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e de treinamento para a vida.
4. Alcançar, até 2015, uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres, bem como acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos.
5. Eliminar, até 2005, as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, alcançando, em 2015, igualdade de gêneros na educação, visando principalmente garantir que as meninas tenham acesso pleno e igualitário, bem como bom desempenho, no ensino primário de boa qualidade.
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de forma a que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização lingüística e matemática e na capacitação essencial para a vida.

se igualava à taxa para a população branca, como havia sido previsto em 1992⁷.

O Brasil atingiu resultados significativos com relação à educação dos povos indígenas, que, entretanto, continua como prioridade a ser atendida. Entre as 148.000 crianças e alunos computados em 2004, 78,7% estavam matriculados no ensino fundamental, e apenas 2,9% no ensino médio⁸. Nesse contexto, emergem desafios prementes, como, por exemplo, oferecer a essa população uma educação intercultural e bilíngüe eficaz, dando especial atenção à formação inicial e continuada dos professores indígenas.

Ensino Médio, Ensino Técnico, Ensino Superior: Preparando os Jovens para a Vida Profissional. Esta é uma prioridade nacional. Existem diversas alternativas para preparar os jovens para que possam aproveitar as oportunidades que, possivelmente, venham a encontrar em sua vida produtiva. No entanto cada uma dessas alternativas deve enfrentar desafios críticos.

- **Ensino Médio:** Em 2005, a matrícula no ensino médio atingia aproximadamente 9 milhões de estudantes: 7,9 milhões (87,8%) no setor público, sendo que 3,9

7. BRASIL. Ministério da Educação. 2006.

8. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. 2004.

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 6 Combater o HIV/Aids, a Malária e outras Doenças

A experiência brasileira no campo da HIV/Aids tornou-se referência internacional. A educação não-formal preventiva é uma marca do sucesso dessa experiência, uma vez que ela soube ser sensível às diversidades regionais, culturais e sociais que caracterizam o país. A estratégia adotada baseou-se na ação coordenada de diversos setores, que interagiram na criação de iniciativas educativas contínuas e sempre renovadas, visando setores sociais específicos.

Segundo os dados disponíveis, 70% dos casos de HIV/Aids verificam-se entre cidadãos de idades entre 20 e 39 anos, muitos deles tendo contraído o vírus durante a adolescência. Essas informações reforçam a importância de envolver a comunidade escolar na elaboração e no desenvolvimento de atividades educativas, permitindo que a escola se converta num espaço privilegiado, onde seja possível construir uma sociedade mais saudável através do desenvolvimento integral do cidadão.

milhões (43,3%) destes no turno da noite. Desse total, 4,7 milhões (52,2%) dos alunos situavam-se na faixa etária entre 15 e 17 anos.

- **Ensino Técnico:** A matrícula nas escolas técnicas de nível médio alcançou aproximadamente 707.300 pessoas (7,86%). Os alunos com idade superior a 20 anos respondem por 66% desse total, 58% deles matriculados em instituições privadas, sendo que 83,5% concentravam-se nas regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste)⁹. É importante ressaltar que, recentemente, o ensino médio foi integrado ao ensino profissional e técnico em 20 (das 27) unidades da federação brasileira, particularmente nas regiões Norte e Nordeste. Estima-se que as novas matrículas nessa modalidade atinjam, em 2006, o total de 62.000, esperando-se, em 2007, um aumento de mais 53.000 matrículas.

- **Ensino Superior:** Ao longo dos últimos dez anos, o índice de matrículas no ensino superior aumentou 134%. Isso se deve, principalmente, à participação das instituições privadas que, em 2003, respondiam por aproximadamente 70,8% das matrículas. Desse percentual, 67,7% estudavam no turno da noite. Apesar dessa significativa expansão, o ensino superior, no Brasil,

9. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. 2005.

ainda representa um desafio. O acesso às instituições públicas ainda deve ser ampliado para incluir uma proporção maior dos jovens com idades entre 18 e 24 anos, principalmente os provenientes das camadas mais baixas da população. Além disso, as avaliações indicam a existência de grandes diferenças de qualidade educacional entre as instituições, particularmente entre as instituições privadas.

Qualificação e Capacitação de Professores. Aperfeiçoar a formação profissional dos professores é uma medida de suma importância em qualquer esforço visando melhorar a qualidade da educação. Os resultados mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica mostram que o desempenho em matemática de 51,6% dos alunos de quarta série era "crítico" e "muito crítico". Essa proporção de "crítico" e "muito crítico" atingiu 55,4% para o desempenho em Língua Portuguesa. Resultados semelhantes ou ainda mais graves foram encontrados nas últimas séries do ensino fundamental e médio. Ao mesmo tempo, o Brasil viu-se ocupando um dos últimos lugares no Pisa 2000 e no Pisa 2003¹⁰. É de importância vital estabelecer vínculos entre os resultados das avaliações de aprendizagem e a formação dos professores, tanto a inicial como a continuada, a fim de que o processo de aprendizagem em sala de aula possa ser efetivamente renovado. Igualmente importante é a criação de planos de carreira para os professores e os demais profissionais da área educacional.

B. VANTAGENS COMPARATIVAS DA UNESCO NA EDUCAÇÃO

O apoio que a UNESCO pode oferecer ao Brasil tem que ser visto no contexto da sólida e complexa rede de instituições nacionais voltadas para atividades educacionais nos níveis nacional, estadual e local. A UNESCO desempenha funções derivadas de sua condição de organização internacional. Nesse sentido, sendo a agência incumbida da coordenação da política global em direção à Educação para Todos (*Education for All – EFA*), monitora a implementação das atividades, avaliando os progressos realizados, analisando as políticas efetivamente formuladas, disseminando conhecimentos sobre as boas práticas e alertando quanto aos desafios emergentes. Essa contribuição parece ser de importância particularmente crítica para o Brasil, como país do E-9. Nessa linha, a UNESCO pode ter papel singular, contribuindo para a harmonização das estatísticas educacionais brasileiras e disseminando-as em escala mundial.

10. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Ministério da Educação. 2004.

Um segundo conjunto de funções deriva do mandato da UNESCO como organização internacional e intergovernamental especializada em educação e dotada de experiência na geração de conhecimentos na área educacional. Essas experiências permitem apoiar o fortalecimento das políticas educacionais com resultados sociais holísticos, através do fornecimento de dados e informações confiáveis.

Em suma, no Brasil, a qualidade e a igualdade continuam sendo desafios cruciais a serem enfrentados, uma vez que ambos são essenciais para atender às necessidades do país e para a construção de uma sociedade de conhecimento. As pesquisas mostram que grande parcela dos alunos de diferentes níveis educacionais apresenta deficiências em disciplinas críticas. A baixa absorção de conceitos científicos prejudica a inclusão desses indivíduos na sociedade moderna. A UNESCO irá oferecer apoio técnico e conhecimentos especializados para tratar das questões tanto de qualidade quanto de equidade na educação.

C. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCIPAIS ABORDAGENS E LINHAS DE AÇÃO

Objetivo Estratégico 1:

Apoiar os Esforços Nacionais no Sentido de Atingir os Objetivos da Educação para Todos quanto ao Acesso Universal e Qualidade da Educação

Em 2000, quando os países se comprometeram a promover os objetivos da Educação para Todos no Plano de Ação de Dacar, a UNESCO recebeu a missão de liderar a promoção da EPT em todo o mundo. Isso significa que a UNESCO no Brasil tem como incumbência apoiar o governo brasileiro – nos níveis federal, estadual e municipal – no desenvolvimento de políticas educacionais públicas que assegurem a todas as crianças, jovens e adultos o acesso universal a uma educação de qualidade. Essa tarefa deve ser realizada não apenas pela oferta de insumos à formulação de políticas, mas também de avaliações dos progressos alcançados, de incentivo aos debates e de defesa do direito fundamental à educação para todos.

Linhas de ação:

- acompanhar os progressos realizados pelo Brasil com relação aos objetivos da EPT (Educação para Todos) e do foco estratégico do Prelac (Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe);
- apoiar o monitoramento de ações voltadas para a consecução dos objetivos da

Educação para Todos (EPT) e identificar as deficiências, com vistas a promover novas ações visando fortalecer as políticas públicas;

- facilitar o diálogo e a articulação das políticas desenvolvidas pelos diversos setores governamentais nos diferentes níveis (nacional, estadual e municipal);
- servir como fórum para diálogo e articulação entre as instituições governamentais, sociedade civil e o setor privado, tendo em vista o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações que contribuam para a consecução dos objetivos da EPT;
- coordenar, juntamente com outras agências da ONU e outras instituições de cooperação para o desenvolvimento, o apoio aos esforços nacionais no sentido da consecução dos objetivos da EPT;
- desenvolver ações de defesa visando conscientizar o público sobre a EPT;
- apoiar uma matriz para o ensino de ciências no ensino fundamental e médio, que pode estar relacionado aos atuais programas educativos vocacionais.

Objetivo Estratégico 2:

Contribuir para a Geração de Conhecimento na Educação

A UNESCO assumiu o compromisso de atuar como *clearing-house* e laboratório de idéias no âmbito da matriz de cooperação técnica desenvolvida por ela junto a seus estados-membros. Esses papéis estão diretamente relacionados à geração de conhecimentos educacionais, visando contribuir para as práticas educativas em sala de aula e para a formulação de políticas nos níveis municipal, estadual e federal. Da mesma forma, o Escritório da UNESCO em Brasília dedicará especial atenção à Rede de Cátedras UNESCO/UNITWIN no Brasil, num trabalho voltado para o fortalecimento da cooperação interuniversitária e para o apoio às Cátedras, em seu importante papel de geradoras de conhecimento.

Linhas de ação:

- gerar e apoiar a produção de conhecimento por meio de estudos, pesquisas, avaliação e projetos-pilotos, a fim de fornecer insumos para a formulação de políticas e programas educacionais;
- fortalecer a Rede de Cátedras UNESCO/UNITWIN.

Objetivo Estratégico 3:

Prestar Cooperação Técnica para o Fortalecimento das Políticas e Práticas Educacionais

Na qualidade de agência especializada da ONU incumbida de importante mandato na área da educação, a UNESCO, entre outras funções, dedica-se ao desenvolvimento de competências nos países-membros e à promoção da cooperação internacional. No campo da educação, são duas ferramentas importantes para o desenvolvimento de políticas e práticas que tenham como objetivo universalizar o acesso e melhorar a qualidade da educação. Uma vez que o Brasil já se comprometeu oficialmente a promover a Educação para Todos, o Escritório da UNESCO em Brasília prestará cooperação técnica às instituições governamentais, às organizações da sociedade civil e aos parceiros internacionais, com o fim de apoiar políticas e práticas que sejam propícias à consecução da EPT e à educação preventiva em HIV/Aids.

Linhas de ação:

- prestar assistência técnica às equipes de gerenciamento de sistemas educacionais visando o fortalecimento de suas competências técnicas nas atividades de implementação e monitoramento, a fim de assegurar a todos acesso e aprendizagem;
- oferecer cooperação técnica ao governo em seus diferentes níveis, visando o fortalecimento das políticas e das práticas educacionais que objetivem a equidade e a qualidade da educação;
- identificar as melhores práticas, tanto nacionais quanto internacionais, e divulgá-las no Brasil;
- promover as iniciativas que tenham como alvo específico a juventude brasileira e apoiar os projetos de educação técnica e vocacional;
- fornecer assistência técnica na educação preventiva em HIV/Aids;
- facilitar as iniciativas de cooperação Sul-Sul e o intercâmbio de melhores práticas e de lições aprendidas, principalmente entre o Brasil, os demais países de língua portuguesa e outros países da América Latina e Caribe.

4.3. CIÊNCIAS NATURAIS

A. CONTEXTO NACIONAL

Patrimônio Natural em Perigo. O Brasil possui volumosas reservas de recursos naturais, vastos biomas contendo vultosas massas de água doce e amplas áreas dotadas de rica e complexa biodiversidade. Essas riquezas e potencialidades encontram-se ameaçadas, entretanto, em razão da exploração descontrolada pelo homem. Essa situação talvez seja particularmente evidente no que diz respeito ao destino de seus principais biomas. A região amazônica já perdeu 15% de sua cobertura florestal original, devido a diversas causas que as autoridades públicas buscam alterar com a implementação de políticas específicas. A Mata Atlântica encontra-se reduzida a apenas 7% de seus 1,36 milhões de quilômetros de cobertura florestal original e está ameaçada de extinção. Outros biomas, como o Cerrado, o Pantanal e a Caatinga também correm perigo devido à expansão de atividades econômicas não-sustentáveis.



Pesquisa e Desenvolvimento: apoiando e promovendo a economia. No Brasil, o desenvolvimento científico e tecnológico poderia estar melhor articulado com a ativi-

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 7 Assegurar a Sustentabilidade do Meio Ambiente

Melhorar a qualidade de vida e o exercício dos direitos humanos pelos cidadãos de hoje não é o bastante, se não forem respeitados os direitos das futuras gerações a condições iguais ou ainda melhores. O Brasil possui enormes vantagens comparativas em termos de recursos naturais e é extraordinariamente rico em biodiversidade. A legislação ambiental brasileira está hoje entre as mais avançadas do mundo. No entanto, as dificuldades práticas encontradas em sua implementação são imensas. É cada vez mais reconhecida a necessidade de políticas melhores e de instituições mais fortes para gerenciar os recursos naturais brasileiros e consolidar o Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente). A região amazônica, por exemplo, já perdeu 15% de sua área florestal, a Mata Atlântica ainda corre perigo, e o Cerrado corre risco devido à expansão da fronteira agrícola.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 12), 2005.

dade produtiva. Aumentos constantes de produtividade exigiriam um sistema mais focado no desenvolvimento tecnológico. Os vínculos entre os institutos de pesquisa, as universidades (que são responsáveis por grande parte dos esforços brasileiros na área da geração de conhecimento) e os setores produtivos poderiam ser reforçados. As empresas, em grande medida, dependem de tecnologias importadas. Faltam ainda estratégias eficazes para incentivar pesquisa e desenvolvimento nos setores produtivos e para promover a absorção e a disseminação de tecnologias.

B. VANTAGENS COMPARATIVAS DA UNESCO NAS CIÊNCIAS NATURAIS

O Brasil possui sólida base legal e institucional nos setores tanto de Meio Ambiente quanto de Ciência e Tecnologia. No entanto, o país encontra graves dificuldades práticas na implementação de sua avançada legislação nessas áreas. O papel da UNESCO pode ser de importância vital na oferta de várias formas de apoio, tais como assistência técnica oportuna, iniciativas de legitimação, assistência ao monitoramento da implementação de tratados e acordos internacionais, identificação e canalização de recursos nacionais e internacionais, fortalecimento da cooperação entre o governo e as organizações da sociedade civil e apoio a outros projetos e iniciativas que possam contribuir para a melhoria socioambiental.

Mais especificamente, as autoridades brasileiras têm a expectativa que a UNESCO ofereça assistência e apoio técnico na implementação das recomendações aprovadas em fóruns nos quais a UNESCO lidera a mobilização de países. Em particular: a Declaração sobre a Ciência e o Uso do Conhecimento Científico (*The Declaration on Science and the Use of Scientific Knowledge*), estabelecida na Conferência Mundial sobre Ciência de Budapeste; o Programa Mundial de Avaliação da Água (*World Water Assessment Programme – WWAP*); a Educação Ambiental e a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (*Decade of Education for Sustainable Development – DESD*); e o Programa o Homem e a Biosfera (MaB).

A responsabilidade oficial da UNESCO nessas áreas confere um perfil diferenciado ao setor. Desde 1975, promove estudos no âmbito do Programa Internacional Hidrológico (*International Hydrological Programme – IHP*) e conta com um significativo acervo técnico-científico na área de gestão de águas. É importante ressaltar que a água representa prioridade para a UNESCO, e que todo apoio será dado a iniciativas relacionadas a esse tema, como o Escritório já vem fazendo há diversos anos, ao

cooperar com as autoridades brasileiras da área. Todo o apoio será prestado a projetos como o PróÁgua Semi-Árido. Da mesma forma, há mais de quinze anos a UNESCO coopera com as Reservas da Biosfera, área na qual o Brasil tem ativa e inovadora atuação, no âmbito do Programa MaB. No entanto, permanece a necessidade de consolidar as conquistas alcançadas e de aperfeiçoar o funcionamento da rede de reservas da biosfera.

A UNESCO tem também importante papel a desempenhar no avanço da educação científica, e também na política de Ciência e Tecnologia. Particularmente, iniciativas-piloto terão que ser implementadas com vistas a fortalecer o ensino científico nas escolas do ensino fundamental e médio. De conformidade com a Conferência sobre Ciência de Budapeste, a UNESCO deverá apoiar os esforços nacionais que visem promover a inclusão social por meio de estratégias para o uso da informação em Ciência e Tecnologia.

C. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCIPAIS ABORDAGENS E LINHAS DE AÇÃO

Objetivo Estratégico 1:
Promover a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos

Atuando no fortalecimento de competências, a UNESCO prestará assistência aos Sistemas Governamentais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, propondo instrumentos e metodologias para a descentralização da gestão da água. A Organização dedicará especial atenção à revitalização das bacias hidrológicas em situação vulnerável e incentivará a conservação, o uso racional da água e o monitoramento da qualidade através da educação sobre o uso da água.

- Linhas de ação:
- apoiar a avaliação do ProÁgua Semi-Árido, bem como o projeto e a implementação de um ProÁgua de escala nacional;
 - promover a construção de competências para o gerenciamento público e privado das bacias hidrográficas;
 - promover e apoiar uma série de publicações sobre recursos hídricos;
 - defender a educação sobre o uso da água em todos os setores da sociedade civil;

- apoiar a participação brasileira em fóruns que tratem da questão da água, tais como o IHP e o WWAP;
- promover atividades relacionadas à Década da Água (2005-2015), à Década Brasileira da Água e ao Ano da Água e da Cultura.

Objetivo Estratégico 2:

Promover a Proteção, a Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica

A fim de auxiliar na consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a UNESCO promoverá o fortalecimento da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera, como instrumento voltado para a gestão e a avaliação compartilhada do impacto do SNUC e do Plano de Áreas Protegidas. A UNESCO dará apoio à gestão integrada dos Sítios do Patrimônio Natural Mundial no Brasil, através do Programa de Conservação da Biodiversidade, que já vem sendo desenvolvido com apoio financeiro da Fundação Nações Unidas, da TNC e do CI-Brasil. A UNESCO promoverá também o turismo sustentável, como instrumento para a geração de renda, principalmente entre os jovens treinados pelo Programa Jovem das Reservas da Biosfera.

Linhas de ação:

- usar as Reservas da Biosfera e os Sítios do Patrimônio Natural Mundial como pontos de partida para atividades transversais, ressaltando o potencial desses sítios para a implementação de uma visão integrada;
- promover o fortalecimento de competências entre as populações tradicionais visando o uso sustentável dos recursos naturais nas Reservas da Biosfera;
- promover estudos de caso sobre economias de qualidade nas Reservas da Biosfera;
- auxiliar na execução das ações previstas no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios de Patrimônios Naturais Mundiais no Brasil – BraPatrimônio;
- apoiar a gestão e o monitoramento de mecanismos de compensação ambiental nos níveis federal e estadual;
- fomentar a cooperação em corredores ecológicos e ecossistemas compartilhados com países vizinhos;

- incentivar a comunicação e a divulgação de programas que tratem da importância e do valor da biodiversidade;
- fortalecer a cooperação Sul-Sul entre países possuidores de grandes florestas tropicais, particularmente no que tange à construção de capacidade, gestão e uso de recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento de novas idéias sobre abordagens participativas que incluam as populações locais e tradicionais.

Objetivo Estratégico 3:

Apoiar a Construção de Competências em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável

A UNESCO tem também o objetivo de contribuir para a melhoria da política científica e tecnológica brasileira, articulando-a às necessidades dos setores produtivos do país, visando a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tal, o Escritório de Brasília promoverá a integração da qualidade e da eficácia no ensino de ciências, utilizando a experiência da UNESCO para incentivar diversas iniciativas capazes de auxiliar o país nesse setor.

Linhas de ação:

- apoiar o debate e a implementação da Política Nacional sobre Ciência e Tecnologia, por meio de articulação internacional e parlamentar;
- assistir o planejamento e a implementação de um novo sistema institucional de Ciência e Tecnologia;
- incentivar a popularização da Ciência e Tecnologia na educação, no âmbito da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (*Decade of Education for Sustainable Development – DESD*);
- apoiar a melhoria do ensino de ciências;
- incentivar a geração de conhecimento científico e tecnológico em universidades e outras instituições de pesquisa;
- reforçar a divulgação do conhecimento científico e tecnológico, não apenas em universidades e outras instituições de pesquisa, mas também junto ao público em geral.

4.4. CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



A. CONTEXTO NACIONAL

Os desafios a serem enfrentados pela área de Ciências Humanas e Sociais coincidem com algumas das mais críticas dificuldades enfrentadas pelo Brasil. O combate à pobreza, a redução das desigualdades e a diminuição da violência são prioridades nacionais, ocupando posições de destaque nas agendas política e institucional. Esses objetivos encontram-se também no cerne das ações empreendidas pela UNESCO que, fazendo uso de informações, lições aprendidas, pesquisas e geração do conhecimento, pretende apoiar os esforços do governo e da sociedade civil, com vistas a mudar ou sanar a atual situação.

Pobreza persistente e desigualdade social. Apesar de possuir grande número de pessoas pobres (53,9 milhões), com renda familiar mensal correspondente a 50% do salário mínimo, o Brasil não é um país pobre, mas tem que superar um quadro de

Objetivo de Desenvolvimento do Milênio nº 8 Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento

Desde a década de 1990, o ritmo de crescimento da força de trabalho vem superando o da geração de novos empregos. A população economicamente ativa, em 2003, atingiu o total de 88 milhões de pessoas, das quais 8,5 milhões estavam desempregadas. Os problemas de emprego atualmente enfrentados pelo Brasil são: desemprego, informalidade, decréscimo dos salários reais e desigualdades raciais e de gênero nos locais de trabalho. O desemprego é particularmente alto nas grandes cidades, estando associado ao ritmo relativamente lento de crescimento da economia, ao baixo componente de mão-de-obra observado no crescimento econômico, à restrição ao crédito que costuma acompanhar as altas taxas de juros e à simples eliminação de empregos provocada pela desregulamentação e pela reestruturação dos processos produtivos atualmente em curso nas grandes indústrias, à medida que elas se reorganizam para tentar competir melhor nos mercados nacional e internacional. Os jovens, as mulheres e os negros são os mais afetados pelos problemas hoje verificados no mercado de trabalho. A redução do enorme setor informal brasileiro não é tarefa fácil, nem é objeto de consenso.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 8), 2005.

Violência, um desafio aos direitos humanos

A equidade e os direitos humanos são sistematicamente enfraquecidos pela violência e pela insegurança. Nas últimas décadas, o crime e a violência apresentaram um crescimento drástico, particularmente nos grandes centros urbanos. Os homicídios converteram-se na terceira principal causa de morte entre homens com idades entre 15 e 39 anos. Os índices de mortalidade por causas violentas são particularmente altos entre os homens negros. Uma proporção significativa dessas mortes tem como causa conflitos e confrontos interpessoais, não estando associada a outras formas de criminalidade. A incidência de furtos, assaltos e agressões de diversos tipos vêm aumentando. O crime organizado, especialmente o tráfico de drogas, está em ascensão e gera violência de vários tipos. Quadrilhas provocam enormes danos sociais e econômicos por intermédio de assassinatos, tráfico de armas, terror, fomento do vício entre crianças e adolescentes, comprometendo assim a legitimidade e viabilidade das instituições públicas brasileiras. Uma questão particularmente preocupante é o impacto que esse clima generalizado de violência e insegurança terá sobre o futuro dos jovens e, conseqüentemente, do próprio país.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 9), 2005.

injustiça e desigualdade. As desigualdades sociais estão presentes em todo o país, o que se reflete em uma posição intermediária ocupada pelo Brasil no ranking de países do Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index -HDI*). Isso significa que ainda há muitas dificuldades a serem superadas nas áreas de educação, assistência social, saúde, distribuição de renda e emprego.

Violações dos direitos humanos. O Brasil, com suas acentuadas desigualdades sociais e econômicas, promove diversificadas ações destinadas à promoção e à defesa dos direitos humanos. Apesar desse trabalho considerável e inovador de promoção dos direitos humanos, um número muito alto de pessoas continua a encontrar grandes dificuldades no exercício de sua cidadania e de seus direitos fundamentais. Esses são grandes desafios e a UNESCO acredita que somente pela mobilização de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos poder-se-á contribuir para a promoção da cidadania, a consolidação da democracia, a promoção da igualdade, o acesso amplo à justiça e a garantia da segurança. Esses avanços são de importância crucial para que o país venha a construir e consolidar uma cultura de direitos humanos.

O flagelo da violência. A pobreza, a desigualdade e a injustiça social refletem-se na contínua violação dos direitos humanos, incluindo o direito à vida e à segurança. Os índices de violência e de insegurança, especialmente nos grandes centros urbanos, aumentaram nas últimas duas décadas. Os homicídios são hoje uma das principais causas de morte entre homens de idades entre 15 e 39 anos, sendo que a maioria das vítimas é constituída por homens negros.

Desigualdades regionais, étnicas, de gênero e de raça. A análise das estatísticas regionais, de gênero e de raça/etnia revela a gravidade da situação de desigualdade existente no Brasil. As regiões Norte e Nordeste são as mais pobres, e os dados sobre raça mostram com clareza que a discriminação contra os índios e a população negra persiste na sociedade brasileira. Os negros correspondem a 47,3% da população brasileira e representam 66% do segmento mais pobre. É reconhecido que as mulheres negras são as mais pobres entre a população pobre.

Recentes avanços na promoção dos direitos humanos têm sido constatados, mas não existe ainda clara compreensão da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos e culturais).

Discriminação racial

A sociedade brasileira é uma das mais ricas de todo o mundo em termos de cultura e diversidade racial. As fontes de dados sobre a questão racial vêm-se aperfeiçoando e mostram claramente que as atitudes discriminatórias contra as populações indígenas e negras persistem na sociedade brasileira. Essa situação é patente em diversos níveis da vida política, econômica e social do país. A maioria das pessoas pobres é negra; os negros possuem o menor grau de escolaridade, têm performance inferior aos brancos em fazer da educação um instrumento de mobilidade social; a maioria das pessoas visadas pela polícia é negra; e ainda mais, a população negra exibe os maiores índices de mortalidade infantil e de desemprego e percebe salários menores por seu trabalho. Além disso, sua representação nos cargos públicos é baixa. Essas pessoas, portanto, vêm-se presas em um círculo vicioso, em que o silêncio realimenta a pobreza, o racismo e a impotência dos cidadãos.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 4), 2005.

B. VANTAGENS COMPARATIVAS DA UNESCO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

O objetivo da área de Ciências Humanas e Sociais é contribuir para o avanço do conhecimento, elevar padrões e promover a cooperação intelectual, a fim de facilitar transformações sociais de acordo com valores universais de justiça, liberdade e dignidade humana. No Brasil, essa missão implica fundamentalmente contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social e contribuir para a inclusão social e proteger e promover os direitos humanos e os valores éticos, em consonância com as prioridades do país.

A UNESCO, por intermédio do Programa de Ciências Humanas e Sociais, desempenha papel de grande importância na condução da cooperação técnica internacional em direção à promoção de transformações sociais necessárias para o país. Para tanto, a Organização observa e analisa freqüentemente o contexto social, interpretando dados, políticas, projetos e programas e propondo linhas de ação, além de tratar da mobilização e da conscientização dos atores sociais.

A fim de alcançar esses objetivos, é importante promover o debate sobre o empoderamento de grupos vulneráveis, em especial os negros, os jovens, as mulheres e as populações indígenas. A UNESCO apoiará o diálogo com esses grupos, focando atores tais como autoridades públicas, entidades privadas e organizações não-governamentais.

Por outro lado, a UNESCO aproveitará sua experiência, obtida no processo de preparação e formulação de instrumentos legais universais, visando promover debates e discussões sobre questões éticas, e apoiará a implementação no Brasil de compromissos internacionais tais como a Declaração Internacional sobre Bioética.

C. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCIPAIS ABORDAGENS E LINHAS DE AÇÃO

Objetivo Estratégico 1:

Promover a Inclusão Social, a Redução da Pobreza e a Luta contra a Desigualdade Social

A redução da pobreza e a luta contra as desigualdades sociais serão as grandes prioridades do Programa de Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Uma abordagem avançada e estratégica, baseada no avanço do conhecimento e pesquisa em ciências sociais, será posta em prática com o propósito de subsidiar a formulação de políticas públicas e reforçar a construção de competências (*capacity-building*). Especial atenção será dada também a projetos-piloto na área da inclusão social, em estreita cooperação com ONGs e com a sociedade civil. Cooperação técnica será prestada em todos os estágios, do planejamento à implementação de projetos e atividades inovadoras.

Linhas de ação:

- apoiar os governos nos níveis federal, estadual e municipal na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas à redução da desigualdade social;
- apoiar estudos e pesquisas cujo objetivo seja gerar melhor compreensão dos problemas sociais relacionados à pobreza e à formulação de políticas públicas;
- contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de projetos-piloto que visem à redução da desigualdade e da exclusão social;
- contribuir para projetos que objetivem o empoderamento de grupos vulneráveis e o fortalecimento das redes de ONGs;
- contribuir para o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento (*capacity-building*) nas instituições governamentais e não-governamentais;
- elaborar modelos/programas e fortalecer o debate sobre exclusão, desigualdade e pobreza, considerando a experiência acumulada de outros países.

Objetivo Estratégico 2:

Promover os Direitos Humanos e a Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial

A UNESCO incentivará debates e discussões sobre temas associados aos direitos humanos e, em particular, sobre a luta contra o racismo. O principal objetivo será o de sensibilizar a opinião pública, principalmente os jovens, quanto à importância dessas questões para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis, justas e equitativas. Além disso, os valores de uma cultura da paz serão disseminados na sociedade brasileira, pelo apoio a projetos-piloto que visem o fortalecimento da cidadania.

Linhas de ação:

- apoiar o governo e a sociedade civil no acompanhamento, implementação e avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos;
- apoiar o governo e a sociedade civil no acompanhamento, implementação e avaliação do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- disseminar e apoiar a aplicação da Abordagem Baseada nos Direitos Humanos nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- apoiar a luta contra o racismo e a discriminação racial atualmente desenvolvida por uma série de atores sociais, mais especificamente a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- incentivar e apoiar estudos e pesquisas que gerem melhor compreensão dos fenômenos sociais, visando contribuir para a formulação de políticas públicas. As cátedras UNESCO deverão participar desse processo;
- formular e disseminar idéias e projetos inovadores. Espaços públicos, escolas e outros equipamentos serão utilizados para atividades culturais, práticas esportivas e de lazer relacionadas à Cultura de Paz;
- incentivar e apoiar o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos para atividades destinadas ao ensino da cultura de paz, da não-violência e da resolução de conflitos.

Objetivo Estratégico 3:

Reforçar os Princípios Éticos na Ciência e Promover a Filosofia

A UNESCO organizará debates, discussões e seminários sobre temas contemporâneos relacionados à ética na ciência. Essa ação será apoiada e desenvolvida através de uma política de publicações a serem divulgadas junto às lideranças e aos parceiros-chave. Especial atenção será dada ao diálogo entre as diversas disciplinas científicas e as cátedras UNESCO, que serão consideradas parceiras estratégicas. Da mesma forma, outras atividades serão desenvolvidas a fim de dar prosseguimento à implementação no Brasil dos objetivos previstos pela área de Filosofia, de forma a fortalecer a importância dessa disciplina nos debates sobre questões práticas e operacionais.

Linhas de ação:

- incentivar e apoiar o debate sobre ética nas ciências e na bioética no Brasil, por meio de seminários e oficinas, selecionando especialistas estrangeiros e envolvendo governos, parlamentares, ONGs e universidades nesse debate;
- fomentar a cooperação entre os diferentes setores científicos visando conscientizar e promover debates sobre questões de ética na Ciência;
- divulgar e publicar declarações internacionais e outros instrumentos normativos relacionados às questões éticas;
- promover as pesquisas e o ensino da Filosofia e da Bioética, bem como a divulgação de seus resultados nas principais áreas de ação da UNESCO.



4.5. CULTURA

A. CONTEXTO NACIONAL

Contexto Favorável. O cenário atual é favorável à expansão das atividades de promoção cultural e de preservação do patrimônio no Brasil. De fato, a ação estatal nesse setor passa por um período de forte afirmação no país. A consciência da dimensão econômica da cultura vem crescendo, assim como a de seu papel na concepção de políticas sociais que favoreçam o respeito à diversidade cultural, ao pluralismo e aos direitos humanos. Nesse contexto, uma série de políticas culturais foram formuladas, entre elas: ações normativas como a Lei do Livro e a emenda constitucional que cria o Plano Nacional de Cultura; o estabelecimento de um sistema de gestão para o campo da museologia; campanha nacional em favor da definição de um orçamento anual mínimo para a cultura; e o estabelecimento de mecanismos mais claros para a alocação dos recursos destinados a projetos culturais.

Algumas Prioridades na Agenda. O Plano Nacional de Cultura definiu os temas prioritários que devem nortear as ações entre 2005 e 2015: Administração Pública da Cultura; Direitos Culturais e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento; Patrimônio Cultural; Comunicação é cultura. O Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004/2007) também reflete as linhas programáticas acima citadas e aponta a presença da cultura em outras políticas transversais.

Gestão Pública da Cultura. Apesar da intenção de conferir à cultura o status real de política pública no Brasil, a área ainda sofre com a falta de recursos humanos qualificados, seja devido à falta de recursos na administração pública, ou em razão da maior abrangência do objeto da ação cultural, que exige perfis profissionais cada vez mais diversificados. Definir as responsabilidades dos órgãos públicos e privados e da sociedade civil, construir instrumentos de governança, introduzir atividades interseccionais, intensificar a qualificação profissional e criar novos conceitos e mecanismos de financiamento da produção cultural são desafios enfrentados pelos setores público e privado e pela sociedade civil.

Direitos Culturais e Cidadania. A relação entre cultura e direitos humanos, bem como de seu papel na luta contra a discriminação, são questões que o Brasil enfrenta. Entretanto, a integração da cultura com as demais políticas sociais é uma experiência recente que necessita ser aperfeiçoada. Falta ainda uma abordagem cultural mais profunda com relação aos povos indígenas, tradições, línguas ameaçadas de desaparecimento e conhecimento sobre a natureza. O mesmo acontece no caso dos afro-descendentes, que apresentam os piores indicadores sociais do país, mas que apenas nos últimos anos passaram a ser alvo de políticas sociais específicas, o que também poderia ser aperfeiçoado com uma abordagem cultural mais profunda.

Cultura e Desenvolvimento. O impacto econômico da cultura é amplamente reconhecido no Brasil. Entretanto, pouco foi feito no sentido de uma avaliação precisa desse fenômeno. Ademais, a relação entre cultura e desenvolvimento vai muito além dos aspectos econômicos; o que significa desafio ainda maior para mensuração e monitoramento do impacto das ações concebidas. O Brasil é campo fértil para o desenvolvimento de projetos em que a cultura tenha papel central, devido a sua notável diversidade criativa. Áreas como o artesanato tradicional, pequenas manufaturas, moda e design são estratégicas para o país, em vista de sua potencialidade em

Povos Indígenas

Existem atualmente no Brasil cerca de 215 grupos indígenas distintos, falando 180 línguas diferentes. Em sua maior parte, trata-se de sociedades muito pequenas – a maioria delas com menos de mil pessoas. As políticas brasileiras concentram-se na demarcação do direito à terra dos povos indígenas, o que vem ocorrendo numa escala sem precedentes no mundo, embora as terras demarcadas ainda estejam sujeitas à invasão por mineradores, fazendeiros, madeireiros e outros. Além disso, o governo concentra-se em melhorar as condições de saúde e a situação educacional das populações indígenas. O fato de muitos desses territórios incluírem regiões ricas em diversidades biológicas converteu os povos indígenas em ator importante no complexo cenário das políticas étnico-ambientais.

Equipe das Nações Unidas no País – Brasil. Avaliação Conjunta do País (Sumário Executivo 5), 2005.

termos da melhoria das condições de vida das populações mais pobres. Em outras palavras, as relações com a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível podem ser as principais referências para as políticas nesse campo.

Patrimônio Cultural. O Brasil possui ampla tradição em políticas públicas relacionadas à proteção do Patrimônio que, em parte, explica suas estreitas relações com a UNESCO nessa área. O desafio atual é adotar uma abordagem intersetorial, tanto no que diz respeito ao patrimônio tangível quanto ao intangível, e melhorar a relação do patrimônio com o desenvolvimento, especialmente no que tange ao desenvolvimento urbano dos sítios históricos. É também de alta relevância a divulgação e a consolidação da experiência recente de salvaguarda do patrimônio intangível.

Comunicação é Cultura. Um desafio atual, no Brasil como também em outros países, é compreender e encontrar soluções práticas, em termos de políticas e regulamentação públicas para o impacto das novas tecnologias sobre a produção e a difusão dos conteúdos culturais. O impacto da internet sobre os direitos autorais e as novas formas de transmissão de conteúdos culturais são objeto de ampla discussão no Brasil. Trata-se, na realidade, de questões extremamente sensíveis e especializadas, fazendo-se necessário, portanto, o aprofundamento da reflexão e do debate, bem como a qualificação especializada de profissionais na área.

B. VANTAGENS COMPARATIVAS DA UNESCO NA CULTURA

O Brasil e a UNESCO sempre estiveram em boa sintonia no campo da cultura. O país tem procurado responder rapidamente às orientações e normas estabelecidas pela Organização; aderiu à maior parte das convenções culturais e, em várias ocasiões, contribuiu conceitualmente para a formulação desses instrumentos legais. A Convenção do Patrimônio Mundial é um dos instrumentos mais visíveis da UNESCO no Brasil; atualmente, o país possui 17 sítios constantes da Lista dos Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil. Tais sítios representam, de maneira ampla e equilibrada, a diversidade cultural e natural do país.

O Brasil também possui um conjunto avançado de leis e políticas federais referentes ao patrimônio intangível, que foi concebido, atualizado e implementado sob a liderança do IPHAN. Entretanto sua disseminação para os estados e municípios não segue o mesmo padrão de qualidade e coerência. Assim, por meio da defesa e da

instrumentação, o Escritório pode ajudar a disseminar conceitos, critérios e instrumentos para além da esfera federal. O patrimônio lingüístico, que inclui quase 200 línguas indígenas ainda existentes, além dos dialetos africanos, é outro amplo campo que o Escritório pode ajudar o país a explorar.

O desafio da UNESCO no Brasil, atualmente, é oferecer resposta adequada à importância cada vez maior do campo cultural e suas crescentes exigências. Por sua vez, o contexto atual oferece a oportunidade de ir além do reconhecido trabalho da UNESCO na área do patrimônio cultural e de colaborar com o Brasil na formulação de políticas, projetos e programas culturais concebidos com abordagem ampla.

Freqüentemente, o Escritório da UNESCO no Brasil é procurado para tratar de assuntos referentes à diversidade cultural, especialmente quando o assunto se refere não apenas ao contexto do desequilíbrio entre países que produzem e consomem produtos culturais, mas também em relação aos direitos humanos e aos direitos das minorias, e como forma de combater a discriminação que está na origem da desigualdade. Ao tentar enfrentar seu problema mais urgente – a desigualdade social – o país vem descobrindo a forte influência da cultura para a configuração dessa realidade, bem como seu potencial de transformação do cenário atual. Além dos esforços visando à ratificação da recém-aprovada Convenção para Diversidade Cultural, espera-se que a UNESCO contribua para a avaliação do impacto desse instrumento sobre as relações comerciais que envolvem serviços e bens culturais. A Organização também deve salientar as oportunidades que a convenção pode vir a criar no que diz respeito a seus instrumentos e às entidades relacionadas (fundo, instrumentos de cooperação internacional, comitê intergovernamental, conferência de partidos).

A promoção da relação entre cultura e desenvolvimento parece ser um dos nichos de maior valor estratégico para a UNESCO no Brasil. Dois pontos centrais podem ser identificados. O primeiro diz respeito ao impacto econômico da cultura. De forma geral, esse potencial é reconhecido no Brasil, mas pouco se fez para avaliar seu verdadeiro valor por meio da criação de bancos de dados e de um sistema permanente de avaliação. A UNESCO poderia apoiar os esforços das instituições públicas nesse sentido. O segundo campo de ação diz respeito à Convenção sobre Diversidade Cultural. O artesanato tradicional, as pequenas manufaturas, a moda e o *design* são áreas estratégicas para o Brasil, tendo em vista a gama de produtos oferecidos e sua

capacidade de melhorar as condições de vida dos grupos mais pobres. Pede-se à UNESCO que promova a assistência de especialistas internacionais nesse campo e legitime os projetos locais, mediando as abordagens adotadas pelas diversas instituições participantes e, particularmente, que fortaleça os vínculos entre o artesanato e a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível.

C.OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCIPAIS ABORDAGENS E LINHAS DE AÇÃO

Objetivo Estratégico 1:

Promover a Incorporação dos Instrumentos Legais da UNESCO nas Políticas Culturais

Encontramo-nos atualmente em um momento estratégico e devemos aproveitar e otimizar a sinergia histórica e a coerência entre as políticas culturais brasileiras e as recomendações da UNESCO, especialmente no campo do patrimônio. Os esforços devem-se concentrar na conversão dessas orientações e compromissos internacionais em ações concretas, incorporando-os à legislação do país e em seus programas no campo da cultura.

Linhas de ação:

A UNESCO recebe vários pedidos de apoio à construção de políticas culturais, aos quais deve responder de maneira adequada. É o caso, por exemplo, das políticas relacionadas à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural intangível e tangível:

- incentivar a ratificação dos instrumentos legais da UNESCO, especialmente a Convenção sobre Diversidade Cultural;
- apoiar a disseminação, nas legislações estaduais e municipais, do registro da metodologia e da elaboração de inventários e planos de salvaguarda referentes ao patrimônio intangível;
- apoiar a criação de um sistema de Tesouros Humanos Vivos para estados e municípios;
- apoiar o estudo, a pesquisa e as medidas de salvaguarda da diversidade lingüística;
- apoiar o estudo, a pesquisa, o registro e os meios de difusão do conhecimento tradicional, especialmente o conhecimento e as práticas referentes à natureza;
- promover monitoração pró-ativa e sistemática do estado de conservação dos Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil;

- incentivar a revisão das políticas nacionais referentes ao Patrimônio Mundial, principalmente a revisão da Lista dos Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil e a introdução de novos conceitos de seleção;
- apoiar projetos e atividades para a conservação e a promoção dos sítios do Patrimônio Mundial, especialmente no campo do turismo cultural.

Objetivo Estratégico 2:

Intensificar a Relação entre Cultura e Desenvolvimento, por meio da Capacitação e do Compartilhamento de Conhecimentos

Apesar do crescente interesse e do reconhecimento de uma variedade maior de ações na área da Cultura, ainda faltam conhecimento especializado e experiências concretas. A UNESCO poderia apoiar a construção de uma atuação sólida e permanente nesse sentido, que favorecesse a cooperação internacional e atuasse sobre o elo mais fraco da corrente: a construção de competências, tanto no setor público quanto na sociedade civil. Nesse contexto, deve-se dar especial atenção às relações entre cultura e desenvolvimento: o Brasil possui forte potencial para usar sua diversidade cultural como alavanca para o desenvolvimento econômico. De fato, tanto na área do turismo cultural como nas indústrias criativas (por exemplo, artesanato e *design*) existem bens de grande valor, que podem ser usados para desenvolver uma “economia criativa” sustentável no país.

Linhas de ação:

- apoiar a criação de sistemas nacionais de informação e de estatística culturais, lançando mão da experiência internacional bem-sucedida e de forma a compatibilizá-la com os padrões mundiais. Apoiar, também, iniciativas que complementem as ações públicas, tais como observatórios, bancos de dados e estudos em áreas específicas da economia, da cultura – editoras, cinema;
- apoiar a concepção e a implementação de leis que visem criar sistemas de planejamento, orçamento e administração para os serviços e bens culturais, de acordo com o Plano Nacional de Cultura;
- apoiar a cooperação internacional na concepção de estratégias regionais para a promoção da diversidade cultural, especialmente os acordos multilaterais, identifican-

do oportunidades para as indústrias criativas no âmbito regional, de conformidade com a Aliança Global para a Diversidade Cultural;

- desenvolver e divulgar metodologias para a gestão do patrimônio histórico e cultural, buscando especialmente criar estratégias de sustentabilidade, entre outras, a experiência de implementar o Programa Monumenta, de 1997 a 2007;
- desenvolver e divulgar abordagens metodológicas para apoiar e promover a produção artesanal associada à salvaguarda do patrimônio cultural e ao turismo;
- construir um marco de referência para o trabalho do Escritório, visando o aperfeiçoamento da capacidade nacional de avaliar o impacto das novas mídias sobre a difusão e a produção de bens culturais, especialmente no que diz respeito às novas linguagens e aos direitos autorais.

Objetivo Estratégico 3:

Salvaguardar os Direitos Culturais e Incentivar o Diálogo entre Culturas e Civilizações

Os esforços de tratar a cultura como um direito e de considerar suas relações com as políticas sociais e educacionais na luta contra a discriminação, pela saúde preventiva e contra a pobreza são avanços recentes no Brasil. A criação de órgãos e programas específicos no âmbito federal é bastante recente. A sociedade civil e o setor privado vêm gradualmente acrescentando essa dimensão a suas ações na área cultural. Em todo caso, faz-se necessário esclarecer de maneira mais sólida o papel da cultura, bem como promover maior articulação entre os atores e adotar instrumentos de avaliação que possam servir para regulamentar, monitorar e redirecionar as ações implementadas.

Linhas de ação:

- definir meios para a implementação da Convenção sobre Diversidade Cultural, criando indicadores e metodologias para avaliar as ações brasileiras referentes aos direitos culturais e ao diálogo intercultural;
- reforçar as atividades do Projeto Rota do Escravo (principalmente por meio da produção de material pedagógico e de pesquisa), visando desenvolver melhor compreensão do patrimônio cultural originário do comércio de escravos e da escravidão, de forma a combater as fontes históricas de desigualdade e discriminação racial;

- avaliar experiências, construir indicadores e definir métodos para a criação, implementação e avaliação de projetos culturais voltados para o pluralismo cultural e para a aquisição de direitos culturais;
- identificar áreas prioritárias e desenvolver projetos intersetoriais, especialmente nas áreas de educação preventiva, inclusão digital e combate ao racismo e à discriminação;
- desenvolver metodologias para a avaliação de programas sociais que enfatizem o conteúdo cultural, os benefícios atingidos, a qualidade e o impacto dos projetos do ponto de vista da cultura.



Brincantes de bumba-meu-boi - Centro Histórico São Luís - MA

4.6. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A. CONTEXTO NACIONAL

O conhecimento sobressai como força central na transformação social. No contexto brasileiro, o conhecimento e a informação oferecem possibilidades de criação de estratégias mais eficazes para a redução da pobreza e para a atenuação da desigualdade. No âmbito do mandato da UNESCO em comunicação e informação, o cenário atual oferece algumas perspectivas promissoras, ao lado de alguns obstáculos difíceis, à democratização do conhecimento e à promoção de maior acesso às fontes de informação e conteúdos de qualidade, principalmente na esfera local. O contexto atual e algumas de suas limitações podem ser assim descritos:

Informação Pública e Concentração da Mídia. O mercado da mídia no Brasil é muito vasto, tendo sido estimado em 3 bilhões de dólares em 2005. Esse mercado está dividido em três redes privadas, com 138 empresas que controlam 668 veículos de mídia (estações de TV, rádios e jornais). Uma única rede é responsável por 53% do mercado e detém 54% do total da audiência televisiva. Esse alto grau de concentração é um desafio ao pluralismo e ao direito à informação em um país democrático.

TV e Rádio: principais fontes de informação no Brasil. A TV aberta e a radiodifusão são as principais fontes de informação para a maior parte dos brasileiros. No primeiro ano do século atual, 88% das residências brasileiras possuíam um aparelho de televisão (a maioria delas recebendo sinal aberto) e 88% dos brasileiros ouviam rádio diariamente. O alto grau de penetração do sinal da TV aberta faz dela a maior fonte de informação no país.

Internet: nova fonte de informação para poucos. O número de usuários domiciliares de internet dobrou desde 2000, chegando a 11,96 milhões em 2005. No entanto 55% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade nunca tiveram qualquer tipo de contato com computadores, e 68% nunca se conectaram à internet. Os avanços reais em direção a uma sociedade digital no Brasil não necessariamente significam que o hiato digital esteja sendo reduzido no país. A informação que circula na internet atinge principalmente as classes médias e os estratos sociais mais elevados.



Serviço Público de Radiodifusão. Além da mídia comercial, o Brasil possui um segmento de mídia independente composto pelo serviço público de radiodifusão e mídia comunitária. O serviço público de radiodifusão (*public service broadcasting – PSB*) inclui algumas redes de televisão e rádio dedicadas à educação e à cultura, mas a maior parte dele ainda depende de financiamento do governo. O PSB tem importante papel na diversificação do acesso aos produtos culturais no Brasil.

Mídia Comunitária: oportunidades para conteúdo local. A mídia comunitária vem crescendo no país. As rádios e TVs comunitárias atendem a um público local muito reduzido, quase residual, porém crescente. Um dos principais obstáculos à rápida expansão provém da dificuldade em obter autorização do Ministério das Comunicações, que controla a distribuição do espectro de frequências.

Infra-estrutura de Informação e Comunicação: capital para a educação e o aprendizado. A infra-estrutura de informação e comunicação é um importante capital para a educação e o aprendizado. Já existe uma infra-estrutura significativa a serviço das escolas públicas; grande número de pessoas tem acesso à internet em suas escolas, locais de trabalho e residências; canais de TV dedicados à educação, transmitidos em Banda C via antena parabólica, vêm sendo instalados em locais de trabalho, residências e escolas; o Serviço de Radiodifusão Pública e algumas estações comunitárias de rádio e TV são dedicados à educação e à cultura.

Liberdade de Imprensa: uma grande conquista a ser aprimorada. Apesar do inquestionável progresso verificado a partir do fim do regime militar, em meados da década de 1980, a liberdade de imprensa ainda está longe do ideal registrado na maior parte dos países desenvolvidos. Numa pesquisa realizada pelos *Repórteres sem Fronteiras*, em 2005, o Brasil ficou em 63º lugar em uma lista de 167 países, no que diz respeito à liberdade de imprensa.

Nova Mídia, Novas Oportunidades? A regulamentação da TV e da rádio digital no Brasil é uma questão crucial, no sentido de que ela pode criar oportunidades para maior diversificação das fontes de informação que, em longo prazo, afeta os incentivos para uma indústria de conteúdo. Até que ponto essa indústria seria local e aberta a novos participantes depende do modelo de proteção legal adotado e do treinamento dos especialistas no assunto.

B. VANTAGENS COMPARATIVAS DA UNESCO NA COMUNICAÇÃO E NA INFORMAÇÃO

O Brasil foi um dos primeiros grandes países em desenvolvimento a responder à proposta da UNESCO de utilizar o conceito de sociedade do conhecimento como referência ao papel da disseminação global das novas tecnologias de comunicação e informação na construção do futuro. A sociedade brasileira e seu governo estão comprometidos com os objetivos da UNESCO em termos da ampliação do acesso popular à informação e da redução do hiato digital. O país também se preocupa em garantir a liberdade de expressão e em mobilizar de maneira responsável as novas tecnologias de informação e comunicação para a educação formal e permanente.

O Brasil lançou uma série de iniciativas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, visando democratizar o acesso à infra-estrutura de informação. Entretanto, para que se possa colher os benefícios integrais da nova economia e sociedade do conhecimento, atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e criar um ambiente favorável à redução da violência urbana, faz-se necessário ampliar o acesso a conteúdos de qualidade, especialmente no âmbito comunitário. A UNESCO, por meio da defesa e da atuação neutra, pode assistir na definição de estratégias para ampliar o acesso a informação de qualidade, entre as quais constam produtos culturais e informação governamental. A UNESCO pode também atuar em defesa de estratégias eficazes para a produção de conteúdos locais de qualidade e para a preservação da informação.

É freqüente a solicitação ao Escritório da UNESCO no Brasil de orientações quanto às melhores práticas no uso das novas tecnologias de informação e comunicação na educação. A UNESCO não apresenta essas tecnologias meramente como ferramenta sofisticada para a disseminação de práticas de educação a distância, mas enfatiza também a preparação de professores para mesclar de maneira criativa as ferramentas disponíveis – antigas e novas – com atividades em sala de aula.

Como agência neutra, a UNESCO desempenha papel ímpar, no sentido de conferir credibilidade e apoiar iniciativas que busquem ampliar o acesso à informação de qualidade. A Organização conta também com influência suficiente para promover mobilização equilibrada das tecnologias de informação e comunicação na educação, tanto as novas quanto as tradicionais, tendo em vista sua experiência mundial – principalmente aquela acumulada em seus escritórios e institutos. A Agenda da Tunísia do

Fórum Mundial da Sociedade da Informação (2005) (*The Tunis Agenda of the World Summit on the Information Society*) conferiu à UNESCO o papel de principal facilitador na implementação de ações relacionadas ao acesso à informação e ao conhecimento; meios digitais aplicados à aprendizagem eletrônica (*e-learning*); meios digitais aplicados à produção científica (*e-science*); diversidade cultural e conteúdo local; mídia e dimensões éticas. Por meio dessas ações, a UNESCO pretende contribuir para o processo de transformação da sociedade da informação em sociedades do conhecimento.

Em particular, essas ações serão executadas no contexto do Programa Informação para Todos da UNESCO (*Information for All Programme, IFAP*), como matriz para a criação de sociedades justas por meio de acesso mais amplo à informação, com participação do Comitê Nacional do IFAP no Brasil.

C. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PRINCIPAIS AÇÕES E LINHAS DE AÇÃO

Objetivo Estratégico 1:

Fortalecer a Mídia Democrática por meio do Acesso a Informações Diversificadas e de Qualidade

A abordagem aqui proposta é a de aproveitar o papel catalisador da UNESCO para mobilizar vários atores em torno da necessidade de ampliar as fontes de informação de boa qualidade. Esse objetivo será atingido por meio da adoção de políticas e estratégias adequadas, da promoção da colaboração Sul-Sul para a produção e o compartilhamento de conteúdos em língua portuguesa, da conscientização sobre as implicações sociais do uso das novas tecnologias, e do monitoramento das violações do direito à liberdade de expressão.

Linhas de ação:

- contribuir para a catalisação de diferentes iniciativas de inclusão digital, enfatizando o acesso das comunidades à informação e ao conhecimento, bem como à alfabetização informacional.
- promover a formulação de políticas e estratégias de preservação do patrimônio digital e de acesso à informação governamental de domínio público;

- apoiar iniciativas sobre as implicações éticas, culturais e sociais do uso das tecnologias de informação e comunicação na sociedade brasileira;
- facilitar a cooperação Sul-Sul para a produção, o compartilhamento e a circulação de conteúdos culturais, educacionais e científicos em língua portuguesa;
- apoiar o monitoramento das violações da liberdade de imprensa, bem como as iniciativas que promovam a liberdade de expressão.

Objetivo Estratégico 2:

Promover o Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação

Este é um objetivo estratégico transversal, que dependerá de recursos provenientes da área de Comunicação e Informação como também da área de Educação. A abordagem central diz respeito à mobilização da experiência internacional da UNESCO como laboratório de idéias para apoiar utilização mais ampla e mais equilibrada das tecnologias de informação e comunicação, tradicionais e novas, tanto para a formação de professores quanto pelos próprios professores em seu trabalho diário, e como ferramenta para a educação contínua e permanente.

Linhas de ação:

- apoiar iniciativas de utilização das tecnologias de informação e comunicação para o treinamento de professores, e também iniciativas que visem treinar professores para a utilização de tecnologias de informação e comunicação para a educação – em cooperação com a área de Educação;
- apoiar ações que visem mobilizar as tecnologias de informação e comunicação para a educação formal, permanente e continuada, para o trabalho colaborativo e para o compartilhamento de materiais educacionais – em cooperação com a área de Educação.

Objetivo Estratégico 3:

Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento Social

Este objetivo propõe ações transversais que serão beneficiadas pelos recursos conjuntos das áreas programáticas de Comunicação e Informação, de Cultura, de Ciências Naturais e de Ciências Sociais e Humanas. A UNESCO desempenhará o papel

de catalisadora, juntamente com outras agências multilaterais, na mobilização de profissionais de informação e comunicação para a produção de informações de melhor qualidade visando o desenvolvimento social. A Organização apoiará também iniciativas de capacitação no uso das novas tecnologias para a produção de conteúdos criativos e para a ampliação do acesso à informação científica.

Linhas de ação:

- agir como catalisadora de agências multilaterais na mobilização de profissionais de informação e comunicação para a produção de informações de qualidade sobre violência urbana, questões ambientais, prevenção do HIV/Aids – em cooperação com as áreas de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais;
- promover e apoiar iniciativas de capacitação para o uso das tecnologias de informação e comunicação na produção e a circulação de conteúdos criativos locais, especialmente no âmbito das comunidades – em cooperação com a área de Cultura;
- promover iniciativas que ampliem o acesso à informação e o conhecimento sobre ciência e tecnologia no âmbito internacional – em cooperação com os programas de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais;
- promover o jornalismo profissional e a reportagem investigativa em questões associadas à boa governança.

<div>Temas Transversais</div>	<div>Prevenção da Violência entre os jovens</div> <div>Educação para o Desenvolvimento Sustentável</div> <div>Combate à Discriminação Racial</div> <div>Promoção de Sítios de Valor Excepcional</div>
<div>Educação</div>	<div>Objetivo Estratégico 1: Apoiar os Esforços Nacionais no Sentido de Atingir os Objetivos da EPT quanto ao Acesso Universal e Qualidade da Educação.</div> <div>Objetivo Estratégico 2: Contribuir para a Geração de Conhecimento na Educação.</div> <div>Objetivo Estratégico 3: Prestar cooperação técnica para o fortalecimento das políticas e práticas educacionais.</div>
<div>Ciências Naturais</div>	<div>Objetivo Estratégico 1: Promover a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.</div> <div>Objetivo Estratégico 2: Promover a Proteção, a Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica.</div> <div>Objetivo Estratégico 3: Apoiar a Construção de Competências em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.</div>
<div>Ciências Humanas e Sociais</div>	<div>Objetivo Estratégico 1: Promover a Inclusão Social, a Redução da Pobreza e a Luta contra a Desigualdade Social.</div> <div>Objetivo Estratégico 2: Promover os Direitos Humanos e a Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial.</div> <div>Objetivo Estratégico 3: Reforçar os Princípios Éticos na Ciência e Promover a Filosofia.</div>
<div>Cultura</div>	<div>Objetivo Estratégico 1: Promover a Incorporação dos Instrumentos Legais da UNESCO nas Políticas Culturais.</div> <div>Objetivo Estratégico 2: Intensificar a Relação entre Cultura e Desenvolvimento, por meio da Capacitação e do Compartilhamento de Conhecimentos.</div> <div>Objetivo Estratégico 3: Salvaguardar os direitos culturais e incentivar o diálogo entre culturas e civilizações</div>
<div>Comunicação e Informação</div>	<div>Objetivo Estratégico 1: Fortalecer a Mídia Democrática por meio do Acesso a Informações Diversificadas e de Qualidade.</div> <div>Objetivo Estratégico 2: Promover o Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação.</div> <div>Objetivo Estratégico 3: Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento Social.</div>

6. A Equipe da UNESCO no Brasil

Escritório da UNESCO em Brasília

SAS Quadra 05, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/UNESCO/IBICT

CEP: 70070 – 914

Brasília-DF

<www.unesco.org.br>

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil a.i. e Diretor-Adjunto

Áreas Programáticas

Educação

Marilza Machado Gomes Regattieri

Coordenadora a.i.

Ciências Naturais

Celso Salatino Schenkel

Coordenador

Ciências Humanas e Sociais

Marlova Jovchelovitch Noletto

Coordenadora

Cultura

Jurema Machado

Coordenadora

Comunicação e Informação

Maria Inês Bastos

Coordenadora

Setor Editorial

Célio da Cunha

Coordenador

Assessoria de Comunicação

Ana Lúcia Dias Guimarães

Assessora de Imprensa

Assessoria Jurídica

Roberta Macedo Martins Guaragna

Assessora Jurídica

Gabinete do Representante

Fábio Eon

Chefe de Gabinete

Administração

Michel Bonenfant

Administrador

Escritórios Antena da UNESCO no Brasil**Bahia**

Marlene Hurst

Coordenadora

Rua Frei Vicente, nº 10 Centro Histórico de Salvador (Pelourinho)

CEP: 40025-130

Salvador/BA

Tel.: (XX71) 3266-0573

Mato Grosso

Antonio Carlos Máximo

Coordenador

Av. Getúlio Vargas, 247 Centro

CEP: 78005-600

Cuiabá/MT

Tel.: (XX65) 3624-1051/1028

Rio de Janeiro

Pedro Lessa

Coordenador

Avenida Augusto Severo, 84 - 7º andar - Glória

CEP: 20021-040

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (XX21) 2105-0076

Rio Grande do Sul**Alessandra Schneider***Coordenadora*

Avenida Borges de Medeiros, 521, 9º andar, Centro

CEP: 90020-023

Porto Alegre/RS

Tel.: (XX51) 3224-5500

São Paulo**Âmbar de Barros***Coordenadora*

Rua São Bento, 380, 6º andar, Centro

CEP: 01010-001

São Paulo/SP

Tel.: (XX11) 3105-7606

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Interior

Niven Franci

p. 17

José Albani Ramos de Souza

Brincantes de bumba-meu-boi - Centro Histórico São Luís - MA

p. 49

Capa

Eduardo Trópia

Vista panorâmica da Igreja de São Francisco de Paula, Ouro Preto - MG

José Albani Ramos de Souza

Adro e Igreja do Santuário, com prefetas de Aleijadinho - Bom Jesus de Matosinhos - MG

Brincantes de bumba-meu-boi - Centro Histórico de São Luís - MA

Nelson Muchagata

Pessoas

Salomon Cytrynowicz

Detalhe dos arcos do Palácio do Itamaraty. Brasília - DF

Soraya Ursine

Centro Histórico de Diamantina - MG

Zig Koch

Meandros de rio na planície costeira. Mata Atlântica: Reservas do Sudeste